



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS DO SERTÃO

LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

DÉBORAH FERREIRA BRITTO

**INCLUSÃO DA DISCIPLINA LÍNGUAS INDÍGENAS NA GRADE CURRICULAR
OBRIGATÓRIA DO CURSO DE LETRAS: UM OLHAR REFLEXIVO PARA O
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS DO SERTÃO**

Delmiro Gouveia

2023

DÉBORAH FERREIRA BRITTO

**INCLUSÃO DA DISCIPLINA LÍNGUAS INDÍGENAS NA GRADE CURRICULAR
OBRIGATÓRIA DO CURSO DE LETRAS: UM OLHAR REFLEXIVO PARA O
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS DO SERTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao colegiado do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas – *Campus do Sertão*, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras – habilitação Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Fábiana Pereira da Silva

Delmiro Gouveia

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

B862i Britto, Déborah Ferreira

Inclusão da disciplina línguas indígenas na grade curricular obrigatória do Curso de Letras: um olhar reflexivo para o projeto pedagógico do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão / Déborah Ferreira Britto. - 2023.

58 f. : il.

Orientação: Fábila Pereira da Silva,
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Letras – Língua Portuguesa. Delmiro Gouveia, 2023.

1. Letras – Língua Portuguesa. 2. Línguas indígenas - Disciplina. 3. Componente curricular. 4. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. 5. Campus do Sertão. I. Silva, Fábila Pereira da. II. Título.

CDU: 378.091.5

Folha de Aprovação

DÉBORAH FERREIRA BRITTO

Inclusão da disciplina línguas indígenas na grade curricular obrigatória do curso de letras: um olhar reflexivo para o projeto pedagógico do curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao corpo docente do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão e aprovado em 25 do mês de agosto de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **FÁBIA PEREIRA DA SILVA**
Data: 29/08/2023 20:02:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.ª Fábiana Pereira da Silva, UFAL – Campus Sertão (Orientadora)

Banca Examinadora:

Prof. Dr.ª Fábiana Pereira da Silva, UFAL – Campus Sertão (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **DEBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN**
Data: 29/08/2023 14:39:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.ª Débora Raquel Hettwer Massmann (Examinadora Externa)

Documento assinado digitalmente
 **HEDER CLEBER DE CASTRO RANGEL**
Data: 28/08/2023 08:13:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Heder Cléber de Castro Rangel (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente direciono meus agradecimentos a Deus, pois sem sua graça nada disso seria possível, foi Ele que permitiu que tudo isso acontecesse. Cada realização, cada conquista, cada obstáculo enfrentado, só foi permitido porque Ele concedeu. Esta conclusão de curso em Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, estava em um dos propósitos que Ele tem para mim.

Agradeço aos meus Pais, Maria Neide Ferreira Ponciano e Dário de Souza Britto. Sem a dedicação de vocês nada disso também seria possível, vocês são a base da minha vida, meu exemplo de amor, honestidade, afeto, confiança, segurança, caráter, caridade. Obrigada por terem me ensinado os verdadeiros valores, para que eu pudesse me tornar quem eu sou. Obrigada por terem abdicado de tanta coisa, para que eu pudesse realizar mais um sonho. Espero que um dia eu possa retribuir tudo isso para vocês. Para vocês eu externo meus sentimentos de gratidão, amor e carinho.

Agradeço também a minha irmã Dayse Michaline Ferreira Britto, obrigada por se fazer presente em cada momento da minha vida, e por não medir esforços para me ajudar sempre que preciso. Você foi e sempre será muito especial e essencial na minha vida. Você é um grande exemplo de mulher e professora, a sua docência é um grande exemplo para mim.

Agradeço ao meu grande amor Natanael de Rezende Silva, obrigada por tornar essa caminhada leve, agradeço por nossos caminhos terem se cruzado novamente na Universidade, sua companhia no meu percurso acadêmico foi essencial, graças a você esse caminho se tornou mais fácil de ser trilhado. Obrigada por partilhar todos os momentos comigo e por sempre me ajudar quando preciso. Você é um grande exemplo para mim. Obrigada por tudo.

Agradeço aos meus familiares que de alguma forma se fizeram presente para que tudo isso acontecesse. Em especial, gostaria de agradecer a minha prima Evellyn Ferreira, que foi minha parceira de curso, casa e vida, durante muitos anos na cidade de Delmiro Gouveia, na Universidade Federal de Alagoas. Você contribuiu também para que essa caminhada se tornasse leve. Obrigada!

Agradeço em especial a “minha patota”: Alisson Inácio, Karla Marchesin, Valéria Cristina e Rubya Brandão. Obrigada por dividirem momentos lindos na UFAL, foi tão bom compartilhar momentos com vocês, momentos estes que estarão eternizados em minha memória. A caminhada na universidade se tornou mais fácil depois que nos juntamos, foram

tantos momentos partilhados (felicidade, angústia, medo, aflição, vitórias, conquistas, realizações, amor, carinho, afeto, etc), são tantos que nem caberia aqui. Obrigada por tudo, vocês são especiais para mim.

Agradeço a minha orientadora, prof. ^a Fabia Silva, por ter aceitado esse desafio e ser minha orientadora. Obrigada por toda ajuda, dedicação e incentivo para que se tornasse possível. Agradeço aos meus professores que contribuíram na minha trajetória acadêmica, que me proporcionaram um grande aprendizado que será levado da graduação para a vida.

Agradeço a todos que contribuíram de maneira direta ou indiretamente na minha formação acadêmica. A todos o meu muito obrigada, e que o Senhor abençoe vocês.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a inclusão da disciplina “Introdução às Línguas Indígenas” na grade curricular obrigatória do Curso de Letras – Língua Portuguesa, ofertada na Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. A partir das reflexões, foram realizadas análises teóricas de documentos, do Plano Pedagógico do Curso de Letras e foi observada de maneira geral a história dos povos indígenas e o ensino de Línguas Indígenas no Brasil. O trabalho traz um olhar sobre o Plano Pedagógico do Curso de Letras, como também, uma reflexão sobre a inclusão da disciplina como obrigatória. Tendo como apoio teórico Cunha (1992), Azevedo (2000), Grupioni (2006), Lima (2019), Nascimento (2004), Etchevarne (2020), dentre outros. A partir das reflexões, foi realizada uma pesquisa que buscou observar a visão de discentes do curso de Letras sobre o ensino de Língua Portuguesa e Línguas Indígenas na Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. Dessa forma, a partir das reflexões foi possível questionar sobre a formação inicial ofertada pelo curso de Letras da UFAL – Campus do Sertão, com a finalidade de criar novos olhares para o curso, compreendendo que há necessidade de reflexão sobre a importância de se ter a disciplina como obrigatória e como contribui para as demandas sociais.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Línguas Indígenas. Componente Curricular.

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión sobre la inclusión de la asignatura "Introducción a las Lenguas Indígenas" en el currículo obligatorio del Curso de Letras – Lengua Portuguesa, ofrecido en la Universidad Federal de Alagoas – Campus do Sertão. A partir de las reflexiones, se realizaron análisis teóricos de documentos, del Plan Pedagógico del Curso de Letras y se observó de manera general la historia de los pueblos indígenas y la enseñanza de las Lenguas Indígenas en Brasil. El trabajo aporta una mirada al Plan Pedagógico del Curso de Letras, así como una reflexión sobre la inclusión de la disciplina como obligatoria. Teniendo como soporte teórico a Cunha (1992), Azevedo (2000), Grupioni (2006), Lima (2019), Nascimento (2004), Etchevarne (2020), entre otros. A partir de las reflexiones, se realizó una investigación que buscó observar la visión de los estudiantes del curso de Letras sobre la enseñanza de la lengua portuguesa y las lenguas indígenas en la Universidad Federal de Alagoas – Campus Sertão. Así, a partir de las reflexiones fue posible cuestionar sobre la formación inicial ofrecida por el curso de Letras de la UFAL – Campus do Sertão, con el fin de crear nuevas miradas para el curso, entendiendo que hay una necesidad de reflexión sobre la importancia de tener la disciplina como obligatoria y cómo contribuye a las demandas sociales.

Palabras clave: Lengua portuguesa. Lenguas indígenas. Componente curricular.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Expansão dos povos indígenas em zonas rurais e urbanas	18
Figura 2- Distribuição da população indígena – IBGE - 2010	21
Figura 3- População indígena no Brasil	21
Figura 4- População indígena na Região Norte.....	22
Figura 5- Concentração de povos indígenas.....	22
Figura 6- Estado com maior concentração de povos indígenas.....	23
Figura 7- Terceira maior concentração de povos indígenas	23
Figura 8- Regiões com menor percentual de povos indígenas	24
Figura 9- Localização das etnias indígenas de Alagoas	37
Figura 10- Localização dos povos indígenas no Sertão Alagoano	37
Figura 11- Percentual de povos indígenas matriculados no curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa - UFAL/CAMPUS DO SERTÃO	38
Figura 12- Painel de Análise do Fluxo de Alunos Indígenas – Taxa de Sucesso.....	39
Figura 13- Painel de Análise do Fluxo de Alunos Indígenas – Taxa de Retenção.....	39
Figura 14- Painel de Análise do Fluxo de Alunos Indígenas – Taxa de Evasão.....	41
Figura 15- Pergunta do questionário	45
Figura 16- Pergunta do questionário	45
Figura 17- Pergunta do questionário	46
Figura 18- Pergunta do questionário	46
Figura 19- Pergunta do questionário	47
Figura 20- Pergunta do questionário	47
Figura 21- Pergunta do questionário	48
Figura 22- Pergunta do questionário	49
Figura 23- Pergunta do questionário	49
Figura 24- Pergunta do questionário	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados demográfico da população indígena no brasil.....	18
Tabela 2 - Taxa de retenção dos discentes indígenas matriculados no curso de Letras – Língua Portuguesa, na UFAL – Campus do Sertão.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

GELIND- Grupo de Estudos em Línguas Indígenas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional

LP- Língua Portuguesa

MEC- Ministério da Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

PPC- Projeto Pedagógico do Curso

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas

UFAL- Universidade Federal de Alagoas

UNI- União das Nações Indígenas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. UMA BREVE RETOMADA: A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E SUAS LÍNGUAS BRASILEIRAS	14
2.1. Situação atual das línguas indígenas no Brasil	24
2.2. O ensino das línguas indígenas no Brasil	25
3. O PPC DO CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS DO SERTÃO	32
3.1. O PPC de letras e o ensino de línguas indígenas	33
3.2. O PPC do Curso de Letras: reflexão sobre a inclusão da disciplina “Introdução às Línguas Indígenas” na grade curricular como disciplina obrigatória	35
4. PESQUISA REALIZADA	43
4.1. Objetivos da pesquisa	43
4.2. Tipo de pesquisa	43
4.3. Quanto aos procedimentos	44
4.4 Resposta dos estudantes	44
5. CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	56
ANEXO A	56
ANEXO B	57
ANEXO C	58

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o ensino de Línguas Indígenas a partir do Plano Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras Línguas Portuguesa, ofertado na Universidade Federal de Alagoas - Campus do Sertão e como se relaciona com o preparo dos futuros docentes para atuarem nas diversas modalidades da Educação.

O curso de Letras – Língua Portuguesa é ofertado com o intuito de formar docentes interculturalmente competentes, que sejam capazes de lidar de forma crítica com as diversas práticas de linguagens. O curso está intrinsicamente ligado com às políticas linguísticas, no sentido de se preocupar com a língua portuguesa e às línguas com que ela se relaciona, olhando a língua como objeto de interação social.

Dessa forma, neste estudo, será apresentada a importância do ensino de Línguas Indígenas, a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Letras, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. Com a finalidade de compreender como se dá a formação inicial do (a) professor (a) de língua portuguesa e como a universidade busca contribuir para este processo. Nesse sentido, será apresentada reflexões sobre a necessidade de inserir a disciplina *Introdução às Línguas Indígenas* na grade curricular obrigatória do curso de Letras, da UFAL/CAMPUS DO SERTÃO.

Por conseguinte, este Trabalho de Conclusão de Curso, aborda em seu segundo capítulo, faz uma breve retomada histórica dos povos indígenas e as suas línguas brasileiras de forma geral, traz a atual situação das Línguas Indígenas no Brasil e fala sobre o ensino de Línguas Indígenas. Para isto, o capítulo é dividido em três tópicos que enfatizam sobre o ensino das línguas indígenas no Brasil, buscando observar o que os documentos norteadores da educação relatam sobre esta temática.

Em seguida, o terceiro capítulo, aborda de uma maneira geral o PPC do Curso de Letras, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. E traz em seus subtópicos uma ótica sobre a formação do (a) discente de Língua Portuguesa a partir de uma perspectiva que está interligada ao ensino de Línguas Indígenas. Traz reflexões sobre a inclusão das Línguas Indígenas no ensino de Língua Portuguesa e sobre a importância de um ensino voltado para essa inclusão, pensando em uma formação continuada e o quanto se faz importante para a inclusão da disciplina na grade curricular obrigatória do curso de Letras. Contudo, o terceiro capítulo apresenta a localidade da Universidade, com a finalidade de mostrar como se faz necessário a inclusão da disciplina como obrigatória, pois está localizada em uma área que abrange muitas

comunidades indígenas do Sertão Alagoano. E, além disso, o terceiro capítulo, busca refletir sobre todos os componentes curriculares e como eles irão refletir na atuação futura dos discentes, visando à formação continuada de todos os discentes do curso de Letras – Língua Portuguesa.

O quarto capítulo apresenta os caminhos traçados para desenvolver a pesquisa, com a finalidade de discursar sobre a importância do ensino de Língua Portuguesa e Língua Indígena. Dessa forma, para a realização da pesquisa, foi solicitado a colaboração dos (as) discentes, com o intuito de compreender como se faz necessário à inclusão da disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*” como obrigatória na grade curricular do Curso de Letras. Em suma, no quarto capítulo, será apresentado todos os métodos utilizados para a realização da pesquisa e os resultados obtidos através dos colaboradores da pesquisa, proporcionando aos leitores reflexões sobre a importância de inserir o ensino de Línguas Indígenas na formação inicial do (a) professor (a) de Letras – Língua Portuguesa.

2. UMA BREVE RETOMADA: A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E SUAS LÍNGUAS BRASILEIRAS

A história da Língua Portuguesa falada no Brasil possui marcas entrelaçadas entre diversos povos e culturas, essas marcas ficaram registradas através de povos que já habitavam o país há séculos antes, por povos naturalizados de determinada região e que possuíam culturas singulares. Pensando nisso, a construção de uma determinada língua está intrinsecamente ligada a todos os seus falantes, como também, por aqueles que herdaram, transformam e performatizam a língua durante um tempo.

As raízes dos povos brasileiros em sua mistificação possuem traços dos povos brancos, dos índios, dos negros, dentre outros. Mas, no que concerne à real participação da história e cultura brasileira, o aparecimento do índio é delatado ao máximo, sendo visto por muitos como algo deixado para “substituição” ou “para depois”. Apesar de tentar ser apagada ao máximo da história, vale destacar que, a história dos povos indígenas, no Brasil, começou muito antes da chegada dos povos portugueses em territórios brasileiros.

A trajetória dos povos indígenas começou muito antes de 1500, mas quase não é falado sobre a história desses povos antes dessa datação. Mas, apesar de não ser algo tão comentado, devido a alguns registros arqueológicos, pesquisas e registros de viajantes, alguns dados mostram como supostamente esses povos percorreram antes da chegada dos portugueses e como se iniciou.

De acordo com o IBGE (2007), as primeiras informações de como as Américas foram habitadas, é devido a origem dos povos ameríndios, provenientes da Ásia, entre 12 mil e 14 mil anos atrás, tendo a possibilidade de a migração ter ocorrido por via terrestre através de um “subcontinente” chamado Beríngia, na região do estreito de Bhering, no extremo nordeste da Ásia.

Porém, outros pesquisadores questionam essa chegada como uma única forma de chegada ou de interpretação de como se deu o povoamento na América. Uma vez que, alguns cientistas defendem que ocorreu uma única migração e outros sustentam a opção de vários tipos de migração. Dessa maneira, o Ministério da Educação, em uma publicação no ano de 2006 descreve que:

“As investigações posteriores, se não mantêm um acordo completo, questionam as antigas hipóteses de povoamento, baseadas na pressuposição da existência de sociedades pequenas e simples, de caçadores e coletores, caracterizadas por uma alta mobilidade e o uso de materiais perecíveis, como cestarias.” (MEC, 2006).

Apesar dos povos indígenas já residirem em territórios brasileiros, com a chegada dos europeus ao continente, muitas coisas foram se transformando. As populações ascendentes construíram sociedades intrinsecamente diferenciadas, tanto na forma de manusear os recursos materiais, como nos modos de organizar a sociedade. A diversidade constituída incluía todos, desde as populações que sobreviviam da caça e da coleta, quanto os que viviam da formação de sociedade organizada na forma de Estados categorizados.

De um certo modo, muitos questionamentos são levantados sobre os povos que habitavam as terras brasileiras, questionamentos esses que são imprecisos e diversos. Mas, apesar de tantas indagações, existem registros que mostram que em praticamente toda extensão do território, que hoje conhecemos como Brasil, havia a presença de povos indígenas.

À vista disso, destaca-se a expansão dos Tupinambá, que se desenvolveu no Baixo Amazonas até o litoral nordestino, chegando até São Paulo. Enquanto os Guaranis percorreram o Sul até a foz do Rio da Prata, e os povos Tupi eram encontrados em toda costa e no vale amazônico, onde partilhavam o território com dois grupos, sendo eles o grupo da família Aruák (Rio Negro e Madeira) e o grupo da família Karib (Guinas e no Baixo Amazonas).

Um outro aspecto da história dos povos indígenas que vale enfatizar é, a quantidade de pessoas presentes no território brasileiro antes da chegada dos portugueses. De acordo com o mapa etno-histórico, o etnólogo Curt Nimuendaju enfatizou a existência de cerca de mil

quatrocentos povos indígenas no território que estava relacionado ao Brasil do descobrimento. Contudo, Julian Steward, em *Handbook of South American Indians*, contabilizou cerca de 1.500.000 índios que povoaram as terras brasileiras. Por sua vez, William Denevan notabilizou a vivência de quase 5.000.000 índios na Amazônia, sendo restringida posteriormente para 3.600.000 índios (ENAP, 2021, p.6).

Como supracitado, a história dos povos indígenas no Brasil começou muito antes da chegada dos portugueses em territórios brasileiros. Mas, com a chegada dos portugueses, a existência dos povos indígenas, suas línguas e suas culturas se tornou mais conhecida, porém não de maneira ampla. Uma vez que, a partir dos históricos dos povos indígenas, do antes e depois da chegada dos europeus, é notável que o estilo de vida foi modificado a partir da presença de outros povos com sua cultura distinta da que era presente no território brasileiro.

Um dos aspectos que demonstram essa transposição dos povos que habitavam os solos brasileiros antes e durante a entrada da corte portuguesa, é a cerâmica. Segundo Etchevame (2020), a cerâmica era de uso cotidiano dos Tupi, e transparece as transformações entre o período pré-colonial e o período colonial. Ao decorrer do primeiro período, os objetos que eram feitos de forma mais simples, serviam para o uso do dia a dia. Mas, no segundo período os utensílios ficaram mais robustos e eram utilizados como itens para decorar os ambientes.

Uma outra questão que é bastante pautada é sobre as conjecturas da população indígena presente na América, devido à chegada dos europeus entre os séculos XV e XVI. Os números sofreram diferenças de forma abundante, entre 8 milhões e 100 milhões de pessoas (CUNHA, 1992, p.14). Os algarismos dissipam dessa forma, pelo fato de avaliações distintas ao que concerne à atenuação populacional, essas avaliações ocorreram devido à chegada dos europeus. As teorias no que diz respeito à proporção da comunidade indígena, que permeia o que é atualmente o território brasileiro em 1500 sofreram algumas variações. De acordo com Sumarizam Kennedy & Perz (2000), era em torno de 800 mil até 5 milhões de pessoas.

Diversos fatores são responsáveis pela diminuição populacional, independente de qual seja o local, seja na América ou no Brasil. Esses fatores estão relacionados, como por exemplo, às guerras, doenças, perseguições e rupturas sociais e econômicas. Outros fatores que, presumivelmente predominou a dizimação populacional mais do que outro fator, foram as doenças infecciosas e as epidemias. Segundo o teórico Darcy Ribeiro (1977, p. 272), bacilos e vírus também foram fatores importantes “armas de conquistas”, tendo corroborado

sobremaneira para o processo de subjugação das sociedades indígenas em face expansionista ocidental.

Em conseqüente, na metade do século XX até meados da década de 1970, era corriqueiro o surgimento de possibilidades sobre o futuro dos povos indígenas no Brasil, que cogitaram a possibilidade de uma extinção cultural (DAVIS, 1978; RIBEIRO, 1977). Contudo, na década de 1980 começaram a surgir esperanças otimistas, que de acordo com Mércio Gomes (1988, p. 16-17):

O que surge como mais surpreendente e extraordinário nas relações entre os índios e o Brasil é a possível reversão histórica na demografia indígena. Certamente seria temerário afirmar que os índios, afinal, sobreviveram, e que esta é uma realidade concreta e permanente..., mas o fato é que há fortes indícios de que as populações indígenas sobreviventes vêm crescendo nas últimas três décadas, surpreendendo as expectativas alarmantes [...] de tempos atrás.

Nos anos de 1990 essas cogitações se fortificaram, como consolida Carlos Alberto Ricardo (1996, p. xii): “[foi] afastada a hipótese de desaparecimento físico dos índios no Brasil [...], dessa forma, não estamos diante de uma ‘causa perdida’ como se chegou a dizer alguns anos atrás”. Essa reversão do quadro sobre a relação do futuro dos povos indígenas no Brasil, se deu devido à confirmação contínua do crescimento da população ao perpassar o tempo. Corroborando com esse direcionamento, Marta Azevedo (2000, p. 80) “observou que a maioria dos povos indígenas têm alavancado, em média 3,5% ao ano, sendo muito mais que a média estimada de 1,6% para o período de 1996 a 2000 para a população brasileira em geral”.

Em 1991 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu no seu censo demográfico nacional os indígenas e, dessa forma, a comunidade de brasileiros que se reputava como indígena aumentou em torno de 150% nos anos 90. Esse aumento gradual foi comparado com o da população em geral, sendo seis vezes maior.

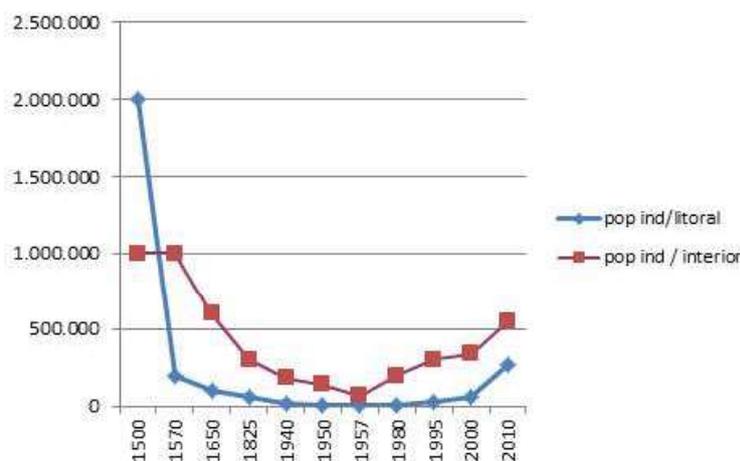
Desse modo, a porcentagem dos povos indígenas com relação à população total brasileira progrediu cerca de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Todavia, houve uma progressão anual de 10,8% da população, somando a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando as médias totais de crescimento foi de 1,6% (Fundação Nacional do Índio, 2020).

Tabela 1- Dados demográfico da população indígena no brasil

ano	pop ind/litoral	pop ind/interior	total	% pop total
1500	2.000.000	1.000.000	3.000.000	100,00
1570	200.00	1.000.000	1.200.000	95,00
1650	100.000	600.000	700.000	73,00
1825	60.000	300.000	360.000	9,00
1940	20.000	180.000	200.000	0,40
1950	10.000	140.000	150.000	0,37
1957	5.000	65.000	70.000	0,10
1980	10.000	200.000	210.000	0,19
1995	300.000	330.000	330.000	0,20
2000	60.000	340.000	400.000	0,20
2010	272.654	545.308	817.962	0,26

Fonte: Azevedo, Marta Maria. 2013

Figura 1 - Expansão dos povos indígenas em zonas rurais e urbanas



Fonte: Azevedo, Marta Maria. 2013

Segundo os resultados significativos do Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo IBGE, é totalizado cerca de 817.963 indígenas. Essa totalização se divide na zona rural e urbana, totalizando 502.783 na zona rural e 315.180 nas zonas urbanas brasileiras. Esses dados possuem uma enorme importância, uma vez que demonstraram a dimensão significativa dos povos indígenas nas áreas urbanizadas e rurais.

Além disso, o censo mostra que em toda expansão do território dos Estados da Federação, inclusive do Distrito Federal, há presença da população indígena. Dessa forma, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) relata que sessenta e nove referências de índios ainda

não são registradas, além de existirem grupos que solicitam o seu reconhecimento de origem indígena junto ao órgão federal indigenista.

A diversidade cultural e social dos povos indígenas é propagada de diferentes formas, uma delas está relacionada à quantidade de línguas faladas, que se estima em torno de 180 línguas distintas no Brasil. O que caracteriza o país como uma das regiões mais fartas e diversificadas do ponto de vista linguístico.

Em 1500 é estimado que com a chegada dos portugueses fossem faladas no Brasil cerca de mil línguas indígenas diferentes, como enfatiza o linguista Aryon Rodrigues (1986, p. 17):

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem-se também de nós e entre si por falarem diferentes línguas [...] compartilham do que todas as quase seis mil línguas do mundo têm em comum: são manifestações da mesma capacidade de comunicar-se pela linguagem.

Ao decorrer de 500 anos de colonização, é estimado que cerca de mil línguas sumiram devido ao desaparecimento de alguns falantes. Este fator pode estar relacionado a diversos fatores, como por exemplo, o aparecimento de epidemias, diminuição de território, extermínio direto, destruição das condições de sobrevivência, aculturação obrigada, a escravidão e outros fatores que acompanham as expansões desde o período colonial até os dias atuais.

Atualmente, as línguas faladas pela comunidade indígena no Brasil são denominadas por troncos, sendo eles o Tupi, o Macro-Jê e algumas comunidades isoladas, como exemplo, os Aruák, Karíb, Páno, Máku, Yanomámi etc. Dessa forma, “as línguas que não conseguiram ser classificadas pelos linguistas em nenhum tronco, ainda permanecem como famílias linguísticas não-classificadas”. (Rodrigues, 2006, p. 61).

O tronco do Tupi possui claramente um dos maiores agrupamentos ao lado do tronco Macro-Jê, e da sua família Aruák, Karíbe e Páno, sendo formado por sete famílias hereditárias. O Tupi-Guarani possui trinta e três línguas e dialetos no território brasileiro, o Mondé obtém sete línguas, o Tuparí três línguas, a Jurana, Mundurukú e Ramarána cada uma possui duas línguas, incluindo três isoladas ao que concerne o nível de falantes, como o Awetí, Sateré-Mawé e Puruborá.

Além disso, a comunidade Tupi-Guarani é reconhecida por obter uma vasta expansão demográfica e por suas línguas serem faladas em várias regiões do Brasil, como também em

outros países da América do Sul, como por exemplo, na Bolívia, Venezuela, Peru, Guiana Francesa, Argentina, Colômbia e Paraguai. Além de ampliar nesses países, as demais famílias que pertencem ao tronco do Tupi estão distribuídas em territórios brasileiro, ao sul do Rio Amazonas.

Contudo, o tronco Macro-Jê é determinado com base em evidências complexas, em seu tronco são incluídas cinco famílias hereditárias, sendo elas, a família Jê com vinte e sete línguas e dialetos, a família do Baroro com duas línguas, a família do Botocúdo com uma língua, a do Karajá e Maxakalí ambas com três línguas, e a família do Guató, Ofayé, Yatê ou Fulniô e Rikbaktsá com quatro línguas. Em consequente as línguas e dialetos que são ligados ao tronco do Macro-Jê, exclusivo do Brasil, são falados em regiões específicas, como em regiões de Campos e Cerrados, do Sul do Maranhão e do Pará, prosseguindo pelos Estados do Centro-Oeste até o Sul do País.

Já a comunidade Karib, no Brasil, é composta por vinte línguas, sendo atribuídas ao norte do Rio Amazonas, no Estado do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, e ao Sul do Rio Amazonas, perpassando o Rio Xingu. Um outro fator que se destaca nesta comunidade, são as línguas faladas em outros países, como na Venezuela e nas Guianas.

Em seguimento, a família Aruák ou Arawák, é caracterizada no Brasil por obter dezessete línguas faladas nas regiões do Noroeste, entre o Acre, Roraima, Amapá e Amazonas e, no Oeste entre o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, destacando que, a comunidade Arawák predomina outras línguas faladas fora da expansão do território brasileiro.

A comunidade Pano é constituída por treze línguas faladas no território brasileiro, entre os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia. As línguas faladas por essa comunidade são pouco estudadas, apesar de possuir uma vasta expansão no território brasileiro e fora dele, uma vez que, é agrupada na Bolívia e no Peru.

Todavia, dentre além das famílias supracitadas, existem outras famílias linguísticas que expandem o território brasileiro, como a família dos Tucáno que possui onze línguas e variados dialetos, a Arawá com sete línguas, a Makú com seis línguas, a Katukína e Yanamámi, ambas com quatro línguas, Txapakúra e Nambikwára com três línguas, Mura com duas línguas e Guaikurú com apenas uma língua falada.

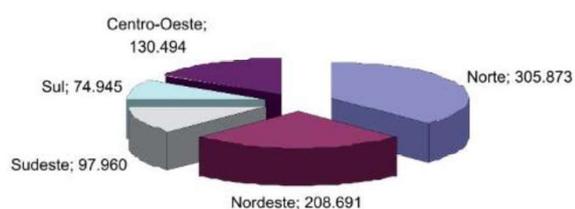
Apesar de existirem enormes agrupamentos de famílias, com uma expansão vasta de línguas faladas e por territórios, ainda há línguas indígenas que são classificadas de forma

singular, ou seja, são classificadas com tipos linguísticos únicos. Tendo como exemplo, as línguas do Tikúna, Irantxé/Munku, Trumái, Máku, Aikaná, Arikapú, Jabutí, Kanoê e Koaiá ou Kwazá.

Além disso, muitos indígenas da região do Nordeste e do Sul, que por terem tido contato com outros fragmentos da sociedade brasileira, deixaram de falar boa parte da sua língua original, utilizando a linguagem local como sua comunicação do dia a dia. Mas, por mais que exista essa “desconexão” formada a partir do contato com outra cultura, não significa que determinado povo deixou de ser índio ou de fazer parte de uma comunidade indígena, por não falar mais sua língua.

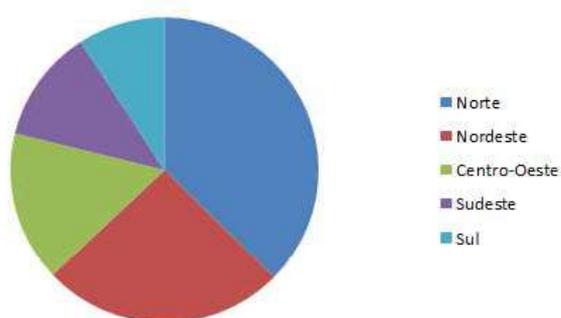
Atualmente, de acordo com o censo do IBGE realizado em 2010, a população brasileira está estimada em 190.755.799 milhões de pessoas. Que de acordo com o censo, cerca de 817.963 mil são povos indígenas, totalizando 305 diferentes etnias, registrando no país cerca de 274 línguas indígenas.

Figura 2 - Distribuição da população indígena – IBGE - 2010



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

Figura 3 - População indígena no Brasil

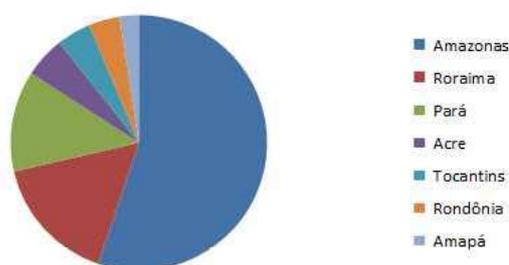


Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

A figura 3 mostra os povos indígenas que fazem parte de todas as regiões do Brasil, constando maior percentual de população na região Norte, com maior número de pessoas, equivalente a 305.873 mil, estimando cerca de 37,4% do total. (Fundação Nacional do Índio, 2020).

Dessa forma, a figura 4 mostra o estado da região Norte com o maior percentual de quantidade de povos indígenas é o Estado do Amazonas, totalizando 55% do total da região. (Fundação Nacional do Índio, 2020).

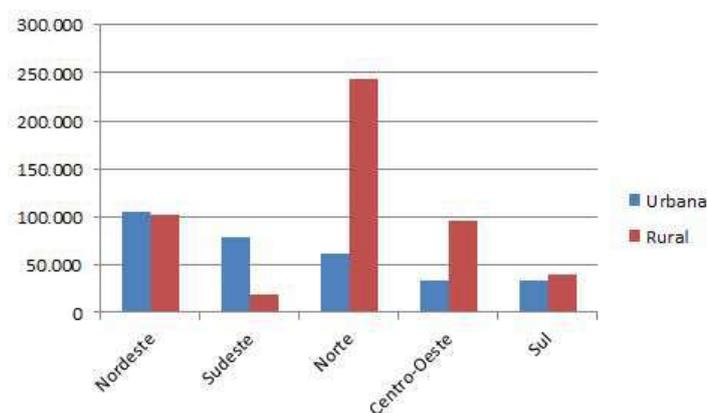
Figura 4 - População indígena na Região Norte



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

A figura 5 retrata sobre as comunidades indígenas que fazem parte do território brasileiro, estão distribuídas tanto na área rural quanto na urbana. Sendo que, 39% dos indígenas estão concentrados na área urbana, e cerca de 61% estão concentrados na área rural. E, a região que mais agrega a comunidade indígena, é a região Nordeste, com aproximadamente 106.150 mil indígenas. (Fundação Nacional do Índio, 2020).

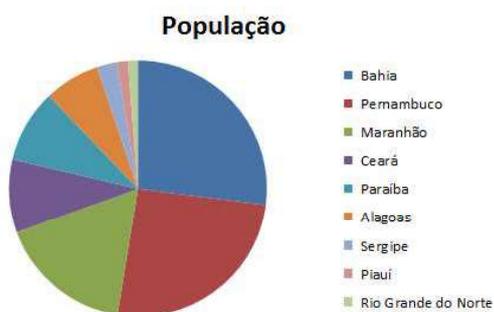
Figura 5 - Concentração de povos indígenas



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

A figura 6 mostra o Estado com maior concentração de povos indígenas. E, dentre as regiões do Nordeste, a região que mais possui concentração dos povos indígenas, é o estado da Bahia, com cerca de 25,5% da população. (Fundação Nacional do Índio, 2020)

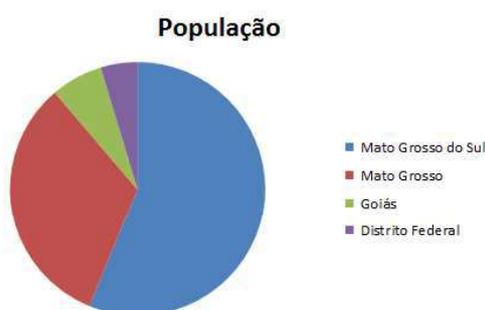
Figura 6 - Estado com maior concentração de povos indígenas



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

A figura 7 trata sobre a terceira região que possui maior concentração de povos indígenas, é a região do Centro-Oeste, tendo o estado do Mato Grosso do Sul com maior percentual, concentrando cerca de 56% da população da região. (Fundação Nacional do Índio, 2020).

Figura 7 - Terceira maior concentração de povos indígenas



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

A figura 8 mostra as regiões com menores quantidades de população indígena, que é a região do Sul e do Sudeste, seguindo a cronologia, Rio Grande do Sul no Sul e São Paulo no Sudeste são os estados com o maior percentual de indígenas em suas regiões. (Fundação Nacional do Índio, 2020).

Figura 8 - Regiões com menor percentual de povos indígenas



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020.

2.1. Situação atual das línguas indígenas no Brasil

Apesar de não existir dados totalmente concretos, os especialistas no geral consentem com a estimativa de que, nos dias atuais ainda são faladas no Brasil cerca de 180 línguas indígenas. E que, desde a chegada dos portugueses ao Brasil há uma estimativa de 85% de perda das línguas existentes no território brasileiro no século XVI, com um percentual elevado, que deixa fortes marcas na história da língua indígena no Brasil.

No entanto, o Censo Demográfico realizado em 2010 nos revela que há um total de 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais que falavam no domicílio uma língua indígena. Notou-se também um percentual de que 17,5% não falava o português. Entretanto, o percentual de indígenas que falavam a Língua Indígena no domicílio aumentava para 57,3% quando havia a consideração somente daqueles que viviam dentro das terras indígenas, do mesmo modo aumentava para 28,8% o percentual daqueles que não falavam o português.

Dessa forma, essas características concretizam o importante papel que é desempenhado pelas terras indígenas, ao que concerne às possibilidades de preservação das características socioculturais e estilos de vida dos indígenas. Esta situação é um reflexo de como vivem e viveram os povos indígenas. Se os idiomas indígenas hoje estão ameaçados é porque a vida dos povos indígenas não tem sido valorizada como deveria.

Os resultados do Censo 2010 mostram que 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencem a 305 etnias distintas. O Brasil possui uma grande riqueza cultural e linguística, mas é desconhecido pela maior parte da população brasileira. A maior parte da população considera o Brasil um país monolíngue, isto é, um país que falante uma determinada língua. Contudo, o Brasil é considerado um dos países mais multilíngues do mundo.

De acordo com o IBGE, as comunidades indígenas estão presentes nas cinco regiões brasileiras, visto que na Região Norte, o estado de maior concentração indígena é o Amazonas; na Região Nordeste, o estado da Bahia; na Região Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso do Sul; na Região Sudeste, o estado de São Paulo e na Região Sul, o estado do Rio Grande do Sul.

Pensando nisso, o Brasil possui um enorme conjunto de variedade linguística e é considerado como um grande país que originou dois troncos linguísticos: o Tupi e o Macro-Jê. Esses dois troncos possuem a unidade mais ampla da linguística, que agrupa famílias de idiomas com uma mesma origem. Além, desses dois troncos, existem outras famílias linguísticas que não pertencem a um tronco específico, sendo eles: a Aruak, a Karib, a Pano e a Tukana. Tendo também as línguas isoladas, que não possuem nenhuma língua similar atualmente no mundo, com os Tikuna.

O Tupi deixou várias contribuições para a Língua Portuguesa, além de possuir influências mútuas, o Tupi influenciou o português que hoje é falado no Brasil. Este contato entre os povos faz com que as línguas sofram constantes modificações e acabem se integrando em famílias e troncos linguísticos. As línguas não são restritas, tampouco seus falantes. Dessa forma, existem muitos povos indígenas que falam ou compreendem mais de uma língua.

Todavia, é necessário refletir a língua para além de uma forma de se comunicar, as línguas trazem consigo seus valores, saberes e identidades de um determinado povo. Então, cada língua que morre, outros fatores também morrem junto com a língua, por isso, é de suma importância que haja a preservação das línguas e culturas brasileiras.

2.2. O ensino das línguas indígenas no Brasil

Por muitos anos os povos indígenas foram vistos como uma comunidade que estava sujeita à extinção. Desde o surgimento dos europeus em territórios brasileiros, os povos indígenas vinham sofrendo um processo de aculturação, no qual as políticas governamentais daquela época sustentavam Leis que tinham como objetivo inserir os indígenas em uma cultura nacional sólida.

A cultura que era visada pelos povos europeus, atribuída pela política governamental, afastava os povos indígenas de suas raízes e identidades. Beneficiava apenas um lado, que buscava instaurar no Brasil uma cultura identitária, étnica e linguística homogênea. Dessa forma, desde o surgimento dos europeus nos territórios brasileiros, os povos indígenas vinham sofrendo o processo de inserção de uma cultura, da qual não os pertenciam.

A partir da percepção de que este processo sociocultural não favorecia o país e nem a comunidade indígena, outras perspectivas e caminhos foram trilhados pelos povos que não aceitavam esse processo de aculturação. E, conseqüentemente, a visão da integração racial e o estilo de aprendizagem observado na reunião de fatos e organizados de forma lógica e integrada, passava a permear todas os lugares das comunidades indígenas vigentes na época, principalmente na educação escolar indígena.

O ambiente escolar nesta época proporcionava benefícios somente para a cultura que estava dominando o território brasileiro, ou seja, aos europeus. Os conhecimentos transmitidos em sala de aula eram pautados somente em conhecimentos que prestigiaram a cultura europeia e a língua portuguesa, que buscavam a inclusão e a homogeneização somente da sua cultura em todos aspectos, e a língua indígena era somente utilizada para traduções.

No entanto, na década de 70 as práticas educacionais indígenas começaram a tomar um novo rumo, assumir novas posturas e seguir outros posicionamentos. A comunidade indígena e as organizações não governamentais se unificaram, com o objetivo de mudar o panorama colonial que há muito tempo vinha sendo imposto aos seus povos a prosseguir e incluir em sua comunidade uma cultura que não os pertenciam.

Com a disposição de mudanças, a educação escolar indígena se tornou um assunto muito debatido no ambiente escolar, visto que os professores indígenas perceberam que através da educação escolar, havia uma forma de transformar o que foi estabelecido pelos povos europeus. Através dessa percepção, os docentes lutaram para que passassem a existir escolas com autonomias e com currículos que fizessem parte da realidade dos povos indígenas e que pudessem construir o seu próprio calendário, desenvolver e avaliar todos os conteúdos a serem lecionados em sala de aula.

Essas lutas além de se tornarem pautas de discussões, foram uma das grandes reivindicações dos movimentos indígenas. Desse modo, os povos indígenas com todas inquietações ao que concerne à educação escolar indígena, conseguiram chamar atenção do governo vigente da época. As discussões dos povos estavam ligadas intrinsecamente às práticas pedagógicas, almejando que fossem adequadas a sua verdadeira cultura e que as políticas públicas estivessem em consonância com o que de fato era fundamental para os povos indígenas.

Com a união dos povos indígenas, das organizações não governamentais e com o apoio da União das Nações Indígenas (UNI), as lutas começaram a ganhar novas proporções, força e

forma. Com essa expansão, grandes debates eram realizados e pautados na luta sobre o direito dos povos indígenas, essa intensificação promoveu inúmeras conferências entre a Educação Indígena e os Professores Indígenas, conferências essas que, debatiam o que os índios desejavam para as escolas de sua comunidade.

Todas as reivindicações foram necessárias para que surgissem novas produções de documentos que abrangessem todos os direitos e os princípios de uma nova concepção escolar indígena. E, a partir dessas lutas e com o surgimento de novos documentos, a educação escolar indígena começou a trilhar novas direções, que eram condizentes com suas culturas e os seus costumes, e ressignificar a educação indígena que fora estabelecida por governantes.

Ao que concerne o reconhecimento das diferenças étnico-raciais dos povos indígenas na sociedade brasileira, é de suma importância destacar dentre os documentos nacionais: a Constituição Federal de 1988; Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; Ministério da Educação; Plano Nacional de Educação; Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas.

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro ato legal no Brasil, que oficializou o reconhecimento das particularidades socioculturais dos povos indígenas e significou grandes avanços para os povos indígenas no Brasil. A Constituição de 88 trouxe mudanças sobre o panorama estabelecido para as escolas indígenas vigentes daquela época. A partir do surgimento da Constituição de 88 a política integracionista é rompida, sendo reconhecido aos índios, segundo o Art. 231 da Lei nº 10.172, “O direito de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Constituição, 1998).

Com base nessa perspectiva, a educação escolar indígena visada nos paradigmas da sua cultura, se torna um direito para todas as suas comunidades, como também, se transforma em uma ferramenta fundamental para o reconhecimento dos saberes e das culturas dos seus povos. Ademais, a Constituição reitera concepções que outorgam os povos indígenas a ensinar formas singulares para instituir o sistema educacional nacional, é garantido no capítulo intitulado “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, Seção I “Da Educação”, no Art. 210, inciso II, o uso das suas línguas maternas, e a forma de cada metodologia é destinada a cada povo indígena, como a responsabilidade da prática bilíngue em suas escolas, no decorrer do Ensino Fundamental.

Após o surgimento da Constituição Federal de 1988, outros programas foram surgindo e corroborando com a educação escolar indígena. No ano de 1991, o Decreto Presidencial número 26, concedeu autonomia ao MEC (Ministério da Educação) de incluir a educação

escolar indígena aos sistemas de ensino regular, e de organizar as ações relacionadas às escolas das comunidades em todos os níveis e modalidades de ensino, convocando às secretarias estaduais e municipais de educação a execução dessas ações em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo MEC.

Um outro programa que destaca as responsabilidades e as particularidades da educação escolar indígena, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 9394/9, do ano de 1996. Que em seu Título VIII “Das Disposições Gerais”, o Art. 78 ressalta que, o Sistema de Ensino da União e as agências federais devem incentivar à cultura e dispor apoio aos índios, encarregado de desenvolver programas que estejam integrados ao ensino e à pesquisa, para que se fundamente propostas de uma educação escolar indígena bilíngue e intercultural.

Dessa forma, é de suma importância que os programas tenham juntamente com a comunidade indígenas determinados objetivos, como por exemplo, a recuperação das memórias históricas, a validação das identidades étnicas, o reconhecimento de suas línguas, da ciência e da cultura, como também, o acesso a todas informações necessárias, e a obtenção de reconhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e de tantas outras que perpetuam o Brasil.

Em consequente, o Art. 79 reafirma a responsabilidade da União e dos Sistemas de Ensino tanto estaduais como municipais, em desenvolver projetos e programas que unem o ensino e a pesquisa relacionados à educação escolar indígena. O Art. 79 reitera que, todos os programas desenvolvidos devem ser elaborados com a presença de quem compõe a comunidade indígena.

Além disso, o Art. 79 salienta que, é de suma importância fortalecer as práticas socioculturais e da língua materna de cada povo indígena, como o aperfeiçoamento de programas de cunho de formação pessoal especializado, sendo destinado à educação escolar indígena, e que os programas específicos busquem abarcar os conteúdos culturais que são específicos de cada comunidade, uma vez que é necessário que haja a elaboração e a publicação de conteúdos de materiais didáticos diversificados e específicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, em seu Título III intitulado “Da organização da Educação Escolar Indígena”, no Art. 10, reafirma que deve haver o favorecimento da continuidade sociocultural dos grupos comunitários em seus territórios, visto que é um meio de fortalecimento dos laços indenitários. Além do que, é de suma

importância que haja o protagonismo dos estudantes indígenas, concedendo-lhes uma formação ampla.

Segundo o termo da Resolução CNE/CEB nº 2/2012, as comunidades indígenas, por meio de projetos da educação escolar, têm o benefício de decidir o tipo de ensino adequado aos seus modos de vida e de tipo de ensino adequados aos seus modos de vida e de organização societária. E no que tange às necessidades dos povos indígenas, o uso de suas línguas se constitui de uma importante estratégia pedagógica para o reconhecimento e promoção da diversidade sociolinguística brasileira.

O Plano Nacional de Educação (2001) é um documento de suma importância para a uniformização da educação escolar no Brasil, foi solicitado pela LDB (1996), aprovado e ratificado. Este documento possui um caráter temporário, uma vez que estabelece metas e diretrizes para a educação até os próximos dez anos. Contudo, com o passar dos dez anos, toda sociedade deverá avaliar novamente o Plano e estabelecer novas metas para a educação escolar brasileira.

O Plano Nacional de Educação, em sua Lei nº 10.172, objetiva a universalização de ofertas de programas educacionais aos povos indígenas, assegura autonomia para as escolas indígenas tanto no que concerne ao projeto pedagógico, quanto ao uso dos recursos financeiros, buscando garantir a participação da comunidade indígena nas decisões referentes ao funcionamento dessas escolas.

Para que haja concretização, o plano reitera a necessidade de criação da categoria “Escola Indígena” para garantir a especificidade de modelo de educação bilíngue e intercultural e sua regularização nos sistemas de ensino. Dessa forma, o Plano Nacional de Educação assegura que:

“A autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014).“

O Plano Nacional de Educação (PNE) promove a criação de programas particulares para abranger às escolas indígenas, como também, a inclusão dos programas de educação em áreas indígenas. Determina que a União, juntamente com os estados, deve preparar as escolas indígenas com recursos didático-pedagógicos básicos, como por exemplo, bibliotecas, videotecas e dentre outros materiais de apoio ao ensino.

Entretanto, ao ser decretado, o PNE definiu que a União, em acordo com os demais sistemas de ensino e com a sociedade civil, deve conceder avaliações periodicamente da consumação do plano e que tanto os estados quanto aos municípios deverão, com apoio ao plano, desenvolver seus planos decenais convergentes.

Em continuidade, podemos destacar o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), documento este publicado no ano de 1998, como um complemento que diferencia as escolas indígenas. Este documento é visto como um marco de avanços e conquistas em diversos segmentos, visto que o RCNEI surge a partir das exigências da LDB. O RCNEI é, portanto, uma ferramenta que busca servir na discussão e reflexão dos docentes no que tange às práticas escolares, à construção de materiais didático-pedagógicos, à organização escolar, planejamento curricular, etc.

O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas tem como objetivo debater e refletir sobre o que diz a expressão “*uma escola indígena específica, diferenciada e de qualidade*”, além de descrever formas de contribuições que a escola pode oferecer, por exemplo, “(...) a) elaboração e implementação de programas de educação escolar que atendam aos anseios e interesses das comunidades indígenas; b) formação de educadores capazes de assumir essas tarefas e de técnicos aptos a apoiá-las e viabilizá-las”. (RCNEI/Indígena, p.13).

Segundo Tassinari (2001), é de suma importância que haja o reconhecimento das escolas indígenas como um espaço de fronteira e de trânsito, pois são nelas que as negociações são feitas, são nesses espaços que os direitos são transformados em políticas e práticas pedagógicas. Uma vez que, se os documentos registram um número alto de movimento dos povos indígenas, é no espaço escolar que eles são ressignificados e adquirem sentidos.

Os documentos supracitados concernem o direito de ser diferente. Entretanto, o que significa essa diferença? De acordo com Nascimento (2004), ao referir-se o conceito de diferença:

[...] as instâncias político-ideológicas sempre insistiram na apropriação dos discursos alternativos, transformando-os em soluções homogêneas, facilmente aderentes aos rearranjos metodológicos que, reificados, podem simular uma aparência de qualidade de ensino, mas não de presença da diferença enquanto categoria do real. A diferença deve ser trabalhada não como elemento de transição, mas como eixo curricular, cabendo às comunidades indígenas como sociedades historicamente firmadas, cuja diferença define sua singularidade, suas determinações específicas, que não estão imersas, no entanto emergem para compor com outras particularidades, pela inclusão, uma totalidade”. (Nascimento, 2004, p.22)

Segundo Semprini (1997, p. 11) quando nos diz que: “[...] A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, processo humano e social que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontram-se inseridas no processo histórico”. Portanto, refletir sobre uma educação diferenciada, é pensar nas comunidades em um todo. É pensar que nelas existem sujeitos singulares, que possuem uma bagagem de fatores históricos, que são dotados de capacidade intelectual para refletir e construir uma sociedade, na qual lhes permitam viver de acordo com os seus princípios e valores sociais e culturais.

Sendo assim, Brand (2004) diz que: “[...] O conceito de diferença também é dinâmico podendo adquirir novos significados. Por isso, mais importante que estudar a diferença, é compreender o processo de sua produção”. Dessa maneira, obter essa consciência é fundamental para todos, dentre os estudiosos, como todos que estão envolvidos na construção de políticas públicas para as comunidades indígenas.

Todos os princípios incluídos nas Leis supracitadas autorizam a construção de uma nova escola indígena, bem diferente da que era dominante durante quase cinco séculos. A nova escola indígena busca respeitar a vontade dos povos indígenas e lhes garante uma educação voltada à valorização de suas práticas culturais e sociais, sem que haja o impedimento ao acesso à conhecimento e práticas que estejam fora dos grupos indígenas.

Diante dos avanços da educação indígena, o grande patrimônio linguístico do Brasil se encontra sob ameaça, é estimado que 80% das línguas indígenas foram extintas. Pensando nos dados apresentados, na realidade social e cultural, compreende-se que essa diversidade linguística e cultural é algo que precisa ter o seu devido reconhecimento, o seu valor e a sua preservação, pois perder uma língua, é também, perder todos os conhecimentos que estão agrupados àquela determinada língua.

Então, fazer a reflexão da inclusão da disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*”, é trazer os conhecimentos culturais, ecológicos, a pré-história humana, é reconhecer que existem informações sobre as estruturas e as funções das línguas humanas de um modo geral. Refletir nessa inclusão é fazer o movimento contrário das políticas estatais, que buscam na maioria das vezes contribuir para o desaparecimento das línguas indígenas.

Contudo, é necessário que haja o reconhecimento de que para qualquer povo, de maior ou menor população, a língua representa um elemento primordial, e sua morte é uma perda irreversível. E além de tudo, o reconhecimento e a preservação das línguas são direitos que

devemos defender e reconhecer, a língua é um dos elementos mais importantes da cultura de um determinado povo.

A esperança é que as Línguas Indígenas prosperem e espalhem no mundo suas formas faladas e escritas. A língua é um agente dinâmico, é um instrumento que molda nossa percepção e transfere ideias para o mundo. É importante que as universidades assumam o papel de protagonistas nos projetos de preservação das línguas indígenas, sendo necessário que a luta não pare e que haja sempre uma continuidade científica.

3. O PPC DO CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS DO SERTÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, é um documento formulado através da preconização da Resolução nº 2, de 01/07/2015 e a Resolução nº 06/2018-CONSUNI/UFAL, de 19/02/2018. Que apresenta o curso em seu contexto histórico, regional e local, seus princípios, objetivos e a sua organização curricular, o corpo docente e o núcleo docente estruturante, assim como sua avaliação e condições para oferta de curso.

Dessa forma, existe a necessidade de estudar o PPC para analisar como o curso apresenta condições de uma formação em Letras que possibilite aos/às discentes possibilidades de conhecer as diversas perspectivas e/ou modalidades de educação para se ter uma formação crítica e sociopolítica atuante em diversos espaços.

O curso visa formar cidadãos interculturalmente competentes e capazes de lidar, de maneira crítica, com as diversas práticas de linguagens, com os diversos eixos da leitura (produção de texto, oralidade, análise linguística, semiótica e literária), e em seus diversos campos da atividade humana e consciente de sua incorporação na sociedade e em sua relação com o outro. Além de respaldar o domínio do uso da Língua Portuguesa em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais e estéticas, e obter consciência das variedades linguísticas e culturais.

Nessa perspectiva, o curso tem como base principal uma formação que possua articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, e que esses três pilares estejam agregados aos conhecimentos linguísticos e literários da Língua Portuguesa. O PPC (2018, p. 15):

O curso se destina a formar profissionais sensíveis ao papel da escola no que diz respeito ao exercício da cidadania, capaz de lidar com as linguagens, sobretudo verbal, nas modalidades oral e escrita, atento às variedades linguísticas e culturais, capaz de

gerenciar seu desenvolvimento profissional e de resolver problemas em contextos novos, de acordo com as demandas sociais, dotado de conhecimento pedagógico que o habilite aperfeiçoar sua prática pedagógica e a participar do projeto educativo da instituição de ensino.

O PPC (p. 19) visa ainda “[...]. Uma formação humanista, teórica e prática; que os/as docentes sejam capazes de operar sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural; possua atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento da área; obtenha postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador (a); tenha conhecimento dos diferentes usos da língua e suas gramáticas... [...]”. Nesse sentido, o curso tem como ideia principal atender as indicações legais da base comum nacional das orientações curriculares, refletindo na dinâmica educacional que rege os cursos de licenciatura e implicações dessas ações na região do Alto Sertão Alagoano.

Dessa forma, o PPC de Letras vê a língua como um processo de inclusão social e cultural, e sugere uma preocupação com a Educação, de uma maneira geral, e com a educação linguística, mais propriamente, tendo em vista todas as situações socioculturais existentes nas regiões que abrangem o Curso de Letras – Língua Portuguesa da UFAL/CAMPUS DO SERTÃO, ou seja, o PPC de Letras estimula a integração entre saberes étnicos que são constitutivos de nossa cultura brasileira (indígena, branco, negro e cigano), tendo como foco principal a cultura Alagoana.

3.1. O PPC de letras e o ensino de línguas indígenas

Refletir na inclusão de condições técnicas e culturais, não se trata de uma educação voltada somente para pré-colombianos ou ameríndios, mas também direcionada para a inclusão dos povos indígenas, tendo todo o seu processo sociocultural respeitado e preservado, o que se faz necessário para que haja integração de uma educação específica e diferenciada. Nesse sentido, é perceptível que existe uma tentativa de retificar a educação formal à educação das comunidades, com a finalidade de atender as demandas de cada uma com as suas diversidades, dando devida atenção para a presença de grupos indígenas existentes nas comunidades.

Dessa forma, segundo Grupioni (2002) a LDB alude a Educação Escolar Indígena em seus artigos 78 e 79, nos quais:

[...] se preconiza como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar suas memórias históricas e reafirmar suas identidades, dando-lhes, também, acesso aos

conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional. Para que isso possa ocorrer, a LDB determina a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, que contem com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. (GRUPIONI, 2002, p.132)

O autor argumenta o fato de que a Lei pressupõe uma formação docente de forma hábil e ampla, no sentido de buscar reunir condições técnicas e culturais para atuar em determinada modalidade, bem como para contribuírem na elaboração e publicação de materiais didáticos singulares e diferenciados, que tragam aspectos e/ou conteúdos culturais que fazem parte da história da língua portuguesa.

Fazer todo esse reconhecimento de que, a história e a cultura dos povos indígenas fazem parte das nossas raízes, é discernir o papel fundamental da formação docente, que muitas vezes não engloba a diversidade étnica brasileira. Visto que, a comunidade indígena possui elementos históricos e culturais que influenciam in/diretamente na língua portuguesa e em seu ensino, e além disso, contribui nos componentes curriculares e em sua organização, dentre outros aspectos.

Dessa forma, quando se refere ao tema “educação indígena”, é necessário que se faça uma reflexão, de como este ensino pode ser pautado, pois até mesmo o fato do docente ser um não-indígena e não obter conhecimento na área, pode trazer possíveis consequências para o processo de ensino-aprendizagem, principalmente quando se trata do quesito língua materna e língua adquirida, assim como a questão do pertencimento é levado em consideração nas escolas indígenas, mas que não interfere de haver a possibilidade de um diálogo cultural.

Dessa forma, é de suma importância de que haja um ensino voltado para a comunidade indígena, levando em conta às demandas de cada comunidade. E, além disso, é fundamental que as especializações docentes abarquem a educação indígena de forma continuada, não somente para atuar em comunidades indígenas, mas na inclusão do currículo do ensino de Língua Portuguesa.

Entretanto, se faz necessário a valorização da cultura indígena, da sua história e dos seus costumes. Trazer suas pautas para sala de aula, fortalece o reconhecimento da sua cultura e da sua identidade, com a finalidade de dizimar os preconceitos históricos, promovendo assim, valores entre as relações humanas, entre os indígenas e não indígenas. Os direitos indígenas são amparados e protegidos pela Constituição de 1998, que busca preservar seus costumes e suas

tradições, afim de manter toda sua integridade e proteger suas manifestações culturais e seus direitos.

3.2. O PPC do Curso de Letras: reflexão sobre a inclusão da disciplina “Introdução às Línguas Indígenas” na grade curricular como disciplina obrigatória

De acordo com o (PPC LETRAS UFAL/CAMPUS DO SERTÃO, 2018, p. 18), o curso busca “formar docentes interculturalmente independentes, capazes de lidar, de forma crítica, com diversas práticas de linguagens, nos eixos de leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica/literária, nos diferentes campos da atividade humana e consciente de sua inserção na sociedade e das relações com o outro”. Segundo o PPC (2018, p. 18), o curso ainda “possibilita o domínio do uso da Língua Portuguesa em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais e estéticas, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais”.

Diante do exposto, é reforçado a necessidade do formado em Letras, estudar as diversas modalidades de educação presente. O curso de Licenciatura Plena em Letras Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, em sua grade curricular busca completar discussões sobre a valorização das diversidades étnicos raciais, ofertando as disciplinas eletivas *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras; Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e Literatura e cultura afro-brasileira*. Tendo como finalidade discutir o tema e levar o alunado ao reconhecimento dos processos de ensino-aprendizagem na sala de aula de língua portuguesa.

Isso motiva a chamar atenção para o fato de que, a disciplina optativa intitulada *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*, ofertada na segunda parte do curso de Letras Língua Portuguesa, poderia ser incluída na grade curricular obrigatória do curso. Dessa forma, é necessário que sejam levantadas algumas reflexões sobre essa questão: Por que não é obrigatória? Será que há falta de profissionais capacitados para lecionar esta disciplina? Ou é apenas uma reafirmação que as línguas brasileiras minoritárias se encontram de fato em segundo plano? Essas devem ser questões a serem pensadas não somente pelos/pelas leitores (as), mas por todos (as) docentes e discentes envolvidos (as) no curso.

O PPC LETRAS UFAL/CAMPUS DO SERTÃO (2018, p. 36) reitera que:

Reconhecer e valorizar a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena implica em reconhecer seu valor epistêmico, sua primazia para a formação social do país e sua

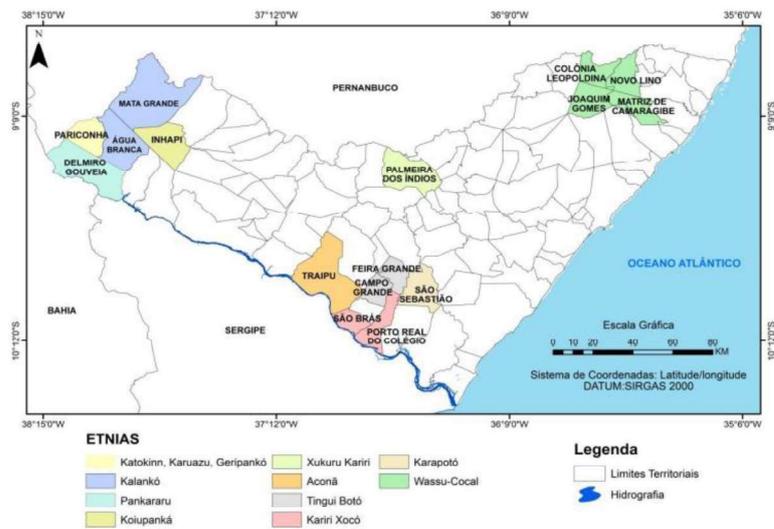
importância para afirmação identitária dos educandos. O processo pedagógico se fortalece mais e mais à medida que relações étnico raciais respeitadas, plurais e dialógicas se fazem presentes de modo integral em todos os aspectos do currículo: conteúdos, materiais didáticos e abordagens teórico-metodológicas em cumprimento às diretrizes curriculares preconizadas pela Resolução número 01 de 2004 do conselho nacional de educação, a qual, dentre outras coisas determina como princípio fundamental da educação nacional a promoção de uma educação multicultural e pluriétnica, que se funda em relações étnico-sociais positivas.

A Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, está localizada na cidade de Delmiro Gouveia, Alagoas, na Rodovia AL 145, Km 3, Nº 3849, Cep 57.480 -000. Fazendo divisa com Paulo Afonso, na Bahia; Canindé de São Francisco, em Sergipe; Tacaratu e Petrolândia, em Pernambuco, e com os municípios alagoanos de Olho d'Água do Casado, Água Branca e Pariconha. Dessa forma, podemos perceber que a UFAL/CAMPUS DO SERTÃO está localizada em um perímetro que abrange diversos locais e culturas.

Pensando no que tange sobre os povos indígenas, no Sertão Alagoano há presença de cinco etnias indígenas, pertencentes ao tronco Pankararu, Katokinn, Geripankó, Karuazu, Kalankó e Koiupanká, que estão localizados entre os municípios de Água Branca, Inhapi, Mata Grande e Pariconha. Dentre essa população de indígenas aldeados, estima-se, conforme a Funai (2018), aproximadamente 4.500 pessoas (LIMA, 2019).

Na figura 9, estão distribuídas as etnias indígenas do estado de Alagoas, é observado que as mesmas estão distribuídas em três Mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão). Com o povoamento dos povos indígenas das comunidades Katokinn, Karuazu, Geripankó, Kalankó, Pankararu, Koiunpanká, Xukuru Kariri, Aconã, Tingui Botó, Karini Xocó, Karapotó e Wassu-Cocal.

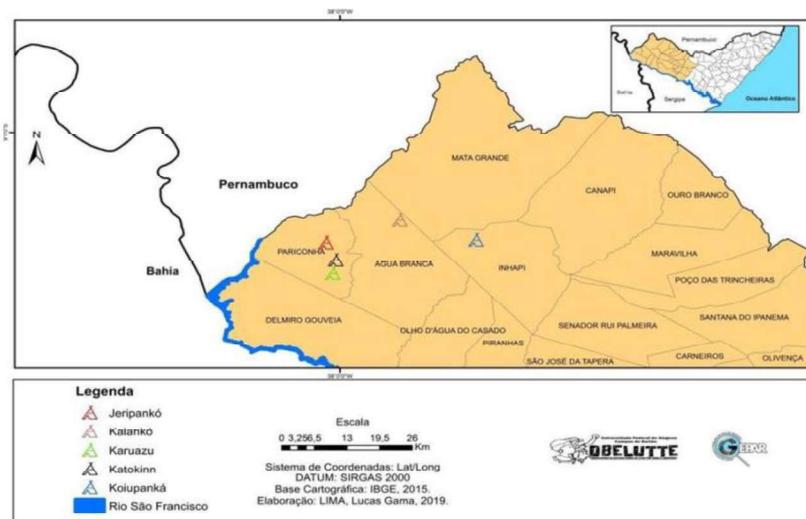
Figura 9 - Localização das etnias indígenas de Alagoas



SEPLAG, 2017; FUNAI, 2018

Já a figura 10 mostra a localidade dos povos indígenas no Sertão Alagoano. Lima (2019) ressalta que essas aldeias estão distribuídas em áreas rurais, no entanto, algumas se fazem presente no entorno de áreas urbanas das cidades já mencionadas. Na região de Pariconha temos o povoamento dos povos Katokinn, Karuazu, Gerinpankó, na região de Mata Grande e Água Branca temos o povoamento dos povos Kalankó, em Inhapi temos os povos Koiupanká e em Delmiro Gouveia temos os povos Pankararu.

Figura 10 - Localização dos povos indígenas no Sertão Alagoano



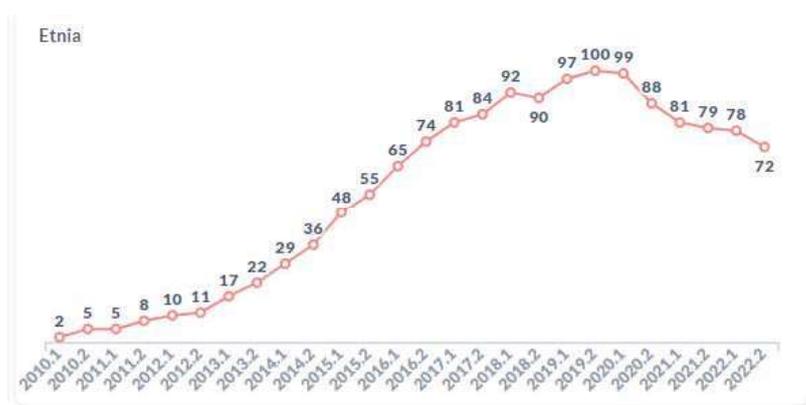
Fonte: Lima (2019, p. 05).

Com a chegada da Universidade Federal de Alagoas, no Sertão Alagoano, novos olhares e perspectivas de vidas foram criadas. A partir disso, muitas pessoas que se viam distantes de fazer uma faculdade, devido aos empecilhos da vida, tiveram e têm a chance de ingressar em um dos cursos ofertados e possuir um ensino superior completo. Mas, a universidade não se fez somente necessária para as pessoas da cidade de Delmiro Gouveia, como também para as pessoas das regiões próximas e de outros estados.

Como público alvo da universidade, muitos discentes que ingressam na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, são pessoas que fazem parte das comunidades indígenas presentes no sertão alagoano. Como supracitado, a universidade está localizada em uma área que abrange boa parte das comunidades indígenas, e além da abrangência, muitos indígenas que ingressam na UFAL/CAMPUS DO SERTÃO, fazem parte do curso de Licenciatura Plena em Letras Língua Portuguesa.

Dessa forma, de acordo com a figura 11, o percentual de etnia é calculado com base no total de matrícula institucional ativa em relação a quantidade de identificação de raça declarada. O gráfico apresenta um aumento gradativo de povos indígenas matriculados no curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão.

Figura 11- Percentual de povos indígenas matriculados no curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa - UFAL/CAMPUS DO SERTÃO

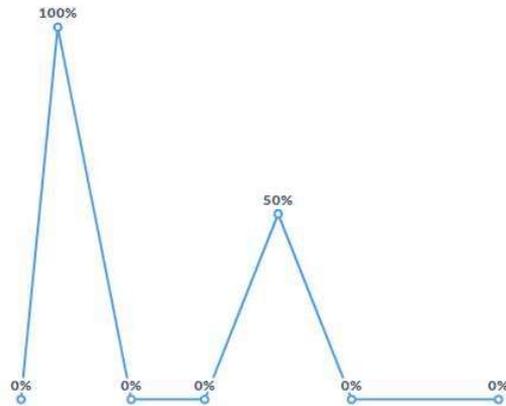


Fonte: <https://numeros.ufal.br>

A figura 12 mostra a taxa de sucesso de pessoas indígenas, matriculadas no curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa, na UFAL – Campus do Sertão. A taxa de sucesso é calculada pela razão entre o número de pessoas que se formaram em determinado período letivo, juntamente com o número de alunos que ingressam na instituição no mesmo

período. Dessa forma, o gráfico demonstra que entre o período de 2016.1, temos uma taxa de sucesso de 100% e no período de 2019.1, uma taxa de 50%, e as demais possuindo uma taxa de 0%.

Figura 12- Painel de Análise do Fluxo de Alunos Indígenas – Taxa de Sucesso



Fonte: <https://numeros.ufal.br>

A figura 13 mostra a taxa de retenção de pessoas indígenas, matriculadas no curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa, na UFAL – Campus do Sertão. A taxa de retenção é calculada através da razão entre o número de alunos que possuem matrícula acadêmica, ou seja, que estão matriculados em alguma disciplina ou que estão com a matrícula trancada naquele determinado período letivo. Essa taxa é dividida pelo número total de alunos que se encontram em qualquer situação na UFAL, naquele determinado período.

Figura 13- Painel de Análise do Fluxo de Alunos Indígenas – Taxa de Retenção



Fonte: <https://numeros.ufal.br>

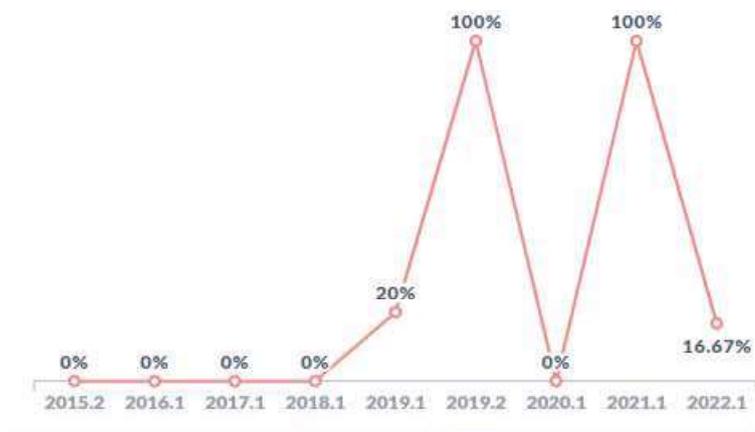
Tabela 2- Taxa de retenção dos discentes indígenas matriculados no curso de Letras – Língua Portuguesa, na UFAL – Campus do Sertão

PERÍODO LETIVO	TAXA DE RETENÇÃO
2015.1	91%
2015.2	85%
2016.1	93%
2016.2	92%
2017.1	100%
2017.2	93%
2018.1	90%
2018.2	86%
2019.1	79%
2019.2	86%
2020.1	86%
2020.2	71%
2021.1	64%
2021.2	72%
2022.1	88%

Fonte: Adaptado de <https://numeros.ufal.br>

A figura 14 retrata a taxa de evasão dos (as) discentes indígenas, matriculados (as) no curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa, na UFAL – Campus do Sertão. A taxa de evasão é calculada através do número de alunos que evadiram permanentemente naquele determinado período letivo pelo total de alunos que se encontram em qualquer situação na UFAL naquele período. Dessa forma, entre os períodos de 2015.2 e 2018.1 temos uma linearidade na taxa de evasão, e a partir do período 2019.1 e 2022.1 temos algumas alternâncias nessa taxa entre 20% e 17%.

Figura 14- Painel de Análise do Fluxo de Alunos Indígenas – Taxa de Evasão



Fonte: <https://numeros.ufal.br>

À vista disso, se faz importante refletir na possibilidade de incluir na grade curricular obrigatória, no curso de Letras, a disciplina *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. A disciplina em si, já é disposta na grade curricular do curso de Letras como optativa, mas destaco a importância de trabalhar em sala de aula a história dos povos indígenas e toda sua agregação para a história de Língua Portuguesa, visto que os povos indígenas contribuem beneficentemente para o seu percurso.

Além do curso de Letras fornecer a disciplina *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. O curso em seu caráter interdisciplinar promove pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento. Com o intuito de incentivar a formação grupos e núcleos de estudos para atuarem nas mais diversificadas linhas de pesquisas. E, dentre os CNPq, o curso de Letras – Língua Portuguesa promove pesquisas em seu Grupo de Estudos em Línguas Indígenas, o GELIND UFAL SERTÃO.

Dessa forma, pensar na inclusão da disciplina como obrigatória, é pensar nos futuros docentes que fazem parte dessas comunidades, que irão voltar para atuar como professores em suas comunidades. Então, refletir na inclusão da disciplina, é considerar todos os componentes curriculares e como eles irão refletir na atuação posteriormente. Contudo, a inclusão da disciplina não se faz somente necessária para os povos indígenas, mas também para todos que fazem parte do curso de Letras.

Visto que, é de suma importância que o profissional da educação tenha uma formação que propicie conhecimentos sobre as modalidades de ensino, pois é uma disciplina fundamental,

que permite aos discentes acessarem o universo das múltiplas linguagens, aprendendo a dominá-las, se posicionando com criticidade e exercendo sua função enquanto protagonista da sua história e cidadão proativo. Uma vez que, a LP deve ser ensinada de forma harmônica e democrática, respeitando todos os espaços sociais, as diversidades e as realidades.

Dessa forma, o PPC de Letras (2018, p. 36), “reafirma o compromisso em respeitar os direitos legais das/dos educandas/os por meio da valorização de sua identidade, visando a consolidação da democracia brasileira, o que se fundamenta em uma educação antirracista, cujas discussões podem se apresentar na disciplina eletiva Educação e Relações Étnico-raciais que poderá ser ministrada a partir do segundo período do curso”.

Pensar na oferta da disciplina como obrigatória, é refletir na relação das línguas indígenas faladas no Brasil e, principalmente, no sertão nordestino. Diante disso, é importante pensar sobre os processos educacionais, a inclusão da história indígena e de suas línguas em todos os currículos escolares. Sendo de suma importância, trabalhar o desenvolvimento pedagógico na formação dos docentes com relação a essa temática.

Nos dias atuais, os povos indígenas lutam para tentar dizimar os preconceitos que são atualizados a todo tempo e são corriqueiramente ocorrentes nos diversos espaços sociais, entre eles a escola. No entanto, a prática interdisciplinar e transversal no ensino brasileiro se mostra necessária, envolvendo diversas áreas, inclusive a de Língua Portuguesa, que podem ampliar a concepção e o conhecimento sobre as Línguas Indígenas.

À vista disso, os (as) docentes devem estar preparados e conscientes do progresso do trabalho com relação ao aspecto multicultural, que vão para além do que está disposto no currículo. É fundamental que, possuam posicionamentos políticos-pedagógicos que reconheçam os grupos minoritários, com a finalidade de evitar os preconceitos e buscar atitudes que respeitem as diferenças. De acordo com Santana e Silvia (2020), a valorização da cultura indígena nas práticas pedagógicas, é uma maneira de possibilitar aos povos indígena a preservação de suas histórias e memórias.

Porém, para que a formação inicial do curso possa alcançar seus próprios objetivos, é necessário que algumas disciplinas, ditas como optativas, passem a ser ofertadas e consideradas obrigatórias no curso de Letras - Língua Portuguesa. São prudências difíceis de serem tomadas, mas não são impossíveis de serem realizadas e ofertadas, cabendo a todo corpo estudantil cobrar do seu corpo docente esta oferta.

4. PESQUISA REALIZADA

4.1. Objetivos da pesquisa

Foi realizada uma entrevista que tem como objetivo geral analisar a formação do (a) docente de Língua Portuguesa ofertada pelo curso de Letras da UFAL/CAMPUS DO SERTÃO, e se existe favorecimento da atuação dos futuros docentes nas grandes modalidades da educação. No entanto, os objetivos específicos desta entrevista foram conhecer algumas particularidades ao que concerne o ensino de Língua Portuguesa, interligado ao ensino de Línguas Indígenas.

Detalhadamente, a pesquisa em si procurou compreender a importância do ensino de Línguas Indígenas, se as pessoas matriculadas no Curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa conheciam a disciplina ofertada como eletiva, em sua grade curricular. Como também se sua inclusão na grade obrigatória do curso é necessária.

A finalidade da entrevista é compreender a importância do ensino de Línguas Indígena, juntamente com o ensino de Língua Portuguesa, e como essa “união” se faz necessária para que os formandos possuam conhecimentos sobre essa modalidade de ensino, uma vez que, as duas línguas possuem um elo de trajetória e formação de língua.

4.2. Tipo de pesquisa

Quanto à natureza da pesquisa é aplicada, visto que, tem como finalidade gerar novos conhecimentos e trazer novas formas ou maneiras de alcançar o objetivo específico que está pré-determinado. Quanto aos objetivos é exploratório, pois há uma aproximação com o problema relatado.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.32), “[...] a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. ” Então, a abordagem da pesquisa é qualitativa, visto que, visa uma compreensão ampla do que está sendo retratado.

Ao que concerne os procedimentos, é um estudo de caso, pois de acordo com FONSECA (2002, p.33), “[...] O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. ”

O objetivo da entrevista é trazer contribuições significativas para o curso de Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa. A realização do formulário se fez necessário para que houvesse como recurso uma coleta de dados, com perguntas objetivas, dirigidas para os (as) discentes matriculados (as) no curso de Letras.

4.3. Quanto aos procedimentos

A entrevista foi realizada com os discentes do curso de Letras, com o intuito de compreender os entendimentos que os discentes possuem sobre a disciplina ofertada como eletiva, intitulada “*Introdução às Línguas Indígenas*”, e o quão consideram importante sua inclusão na grade curricular obrigatória do curso, se estão preparados (as) para esta modalidade de ensino e se a formação recebida contribui para uma possível atuação futura.

Para a construção das perguntas feitas na entrevista, foram feitos estudos teóricos sobre as modalidades de ensino a partir do que os documentos decorrem sobre o ensino de Língua Portuguesa e Línguas Indígenas. Os documentos analisados para a formulação da pesquisa foram o PPC do curso de Letras, IBGE, LDB, MEC, FUNAI, PNE e PCNEI, que são documentos que influenciaram na reflexão sobre a inclusão da disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*”.

O recurso utilizado para a entrevista foi o Google Formulários, com perguntas direcionadas aos discentes do curso de Letras, obtendo dez (10) questões objetivas. O formulário em si buscou tratar de questões diretas quanto às modalidades do ensino de Línguas Indígenas e sua importância como uma disciplina obrigatória, estando relacionada ao ensino de Língua Portuguesa abordada na formação ofertada pelo curso de Letras do Campus do Sertão (UFAL).

Através dos estudos dos documentos e do PPC de letras as perguntas foram analisadas e equiparadas com o que foi obtido através dos documentos. E, a partir disso, algumas análises, considerações, dúvidas e reflexões serão retratadas no próximo capítulo.

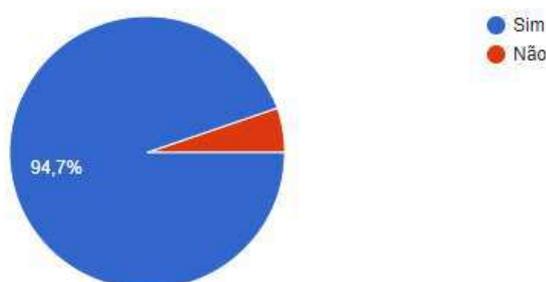
4.4 Resposta dos estudantes

Foi realizada uma entrevista com estudantes gerais do curso de Letras, com o intuito de compreender o que os (as) estudantes achavam da importância da inclusão da disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*” e se tinham conhecimentos sobre essa disciplina já sendo ofertada como optativa. Nesta entrevista foram obtidas respostas de dezenove colaboradores (19).

As entrevistas foram realizadas virtualmente, com perguntas de múltipla escolha, via Formulário do Google, buscando indagar aos discentes conhecimentos acerca da oferta da disciplina eletiva “*Introdução às Línguas Indígenas*”, sobre sua importância para o curso de Letras. A figura 15 retrata a porcentagem de pessoas que já ouviram falar sobre a disciplina ofertada como eletiva, onde foi obtido que 94,7% das pessoas responderam que sim e 5,3% que não.

Figura 15- Pergunta do questionário

1- Você já ouviu falar sobre a disciplina eletiva "Introdução às Línguas Indígenas" ?
19 respostas

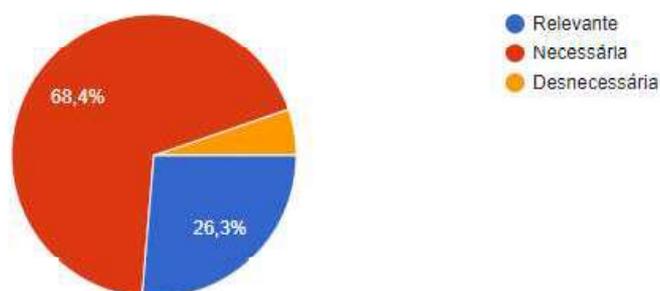


Fonte: Autora, (2023).

A partir disso, foi realizada uma segunda pergunta que indagou qual a importância da disciplina para o curso de Letras - Língua Portuguesa. Onde os (as) discentes tiveram três alternativas optativas: relevante, necessária ou desnecessária. Com isso, obteve os seguintes resultados, dos colaboradores para o questionário 68,4% acham que é uma disciplina necessária para o curso, 26,3% acharam irrelevante para o curso e 5,30% votaram como desnecessária.

Figura 16- Pergunta do questionário

2- Qual a importância da disciplina *Introdução às Línguas Indígenas* para o Curso de Letras - Língua Portuguesa?
19 respostas

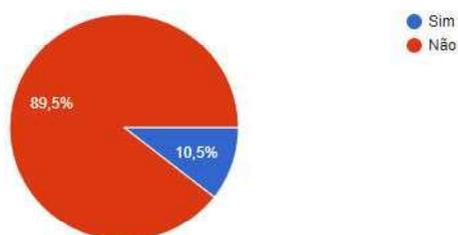


Fonte: Autora, (2023).

A figura 17 mostra a porcentagem que os colaboradores do formulário têm sobre o GELIND (Grupo de Estudos em Línguas Indígenas), que é um grupo de pesquisas do Curso de Letras – Língua Portuguesa registrado no CNPq. Dos dezenove (19) colaboradores 89,5% têm conhecimento sobre o grupo e 10,5% ainda não conhecem o grupo GELIND, como representa a figura 17:

Figura 17- Pergunta do questionário

3- Você conhece o Grupo de Estudos em Línguas Indígenas (GELIND) da UFAL
Campus do Sertão?
19 respostas

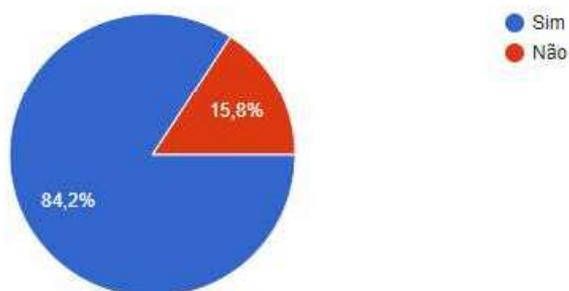


Fonte: Autora, (2023).

Em seguida, na quarta pergunta do formulário, foi indagado se durante o decorrer da graduação os (as) discentes estudaram com um (a) indígena. Onde obteve os dados de que 84,2% dos colaboradores estudaram com um (a) indígena e 15,8% confirmaram que não estudaram. Como confirma a figura 18 a seguir:

Figura 18- Pergunta do questionário

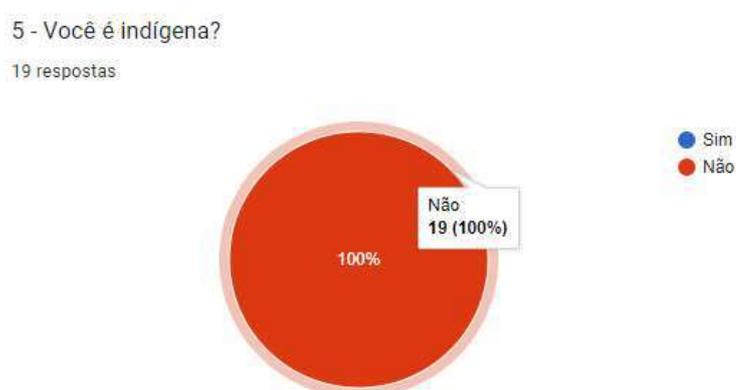
4- Durante a graduação você já estudou com um (a) indígena?
19 respostas



Fonte: Autora, (2023).

Contudo, dentre os dezenove (19) colaboradores que responderam o formulário, nenhum deles eram indígenas, como representa a figura 19. Porém, apesar de obter um resultado inesperado, as razões para ter cem por cento (100%) pode ter sido por diversos fatores, como por exemplo, não ter chegado ao alcance de pessoas indígenas, que cursam Letras. Visto que, a imagem 18 nos mostra uma porcentagem significativa de pessoas que já estudaram com um (a) indígena. Então, o alcance do formulário pode não ter chegado para todos que fazem parte da graduação do Curso de Letras.

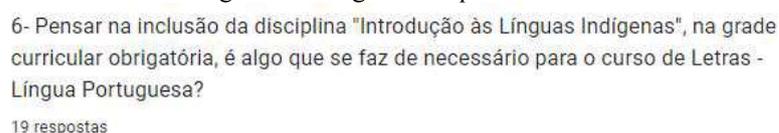
Figura 19- Pergunta do questionário



Fonte: Autora, (2023).

A figura 20 demonstra dados significativos, ao pensar na importância da inclusão da disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*” como obrigatória na grade curricular de Letras. Dos colaboradores 94,7% disseram que se faz necessário para o Curso de Letras, da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sede. Contudo, 5,3% optaram por não ser necessário sua inclusão, como retrata a figura 20 a seguir. Dessa forma, esses discentes, que estão dentro dos 94,7% acreditam que o ensino de LP está ligado ao ensino de Línguas Indígenas.

Figura 20- Pergunta do questionário

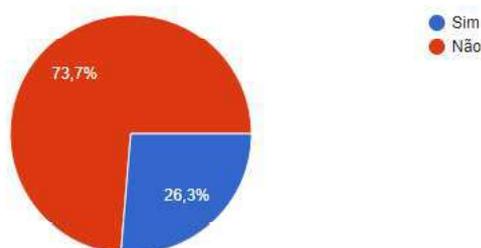


Fonte: Autora, (2023).

Em consequente, mais de setenta por cento (70%) dos colaboradores se sentem preparados para atuar nessa modalidade de ensino como futuro (a) docente. Apesar da disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*” ser ofertada como optativa durante a graduação e nem todos (as) possuem acesso durante o curso, obteve-se uma quantidade significativa de colaboradores que estão ou se sentem preparados para atuar em sala de aula sobre essa modalidade. Mas, apesar de se ter uma quantidade significativa de pessoas preparadas, a figura 21 mostra que mais de vinte por cento (20%) ainda não se sente preparado (a).

Figura 21- Pergunta do questionário

7- Como futuro (a) docente de Língua Portuguesa você está preparado para essa modalidade de ensino?
19 respostas



Fonte: Autora, (2023).

Pensa na inclusão dessa disciplina como obrigatória, é promover a afirmação das identidades étnicas, a recuperação de memórias, a valorização e o reconhecimento dos povos indígenas na educação. Então, apoiar a formação de professores com base para uma docência indígena, com conhecimento de suas línguas, costumes e história, é incluir sua cultura e suas contribuições para a educação e o ensino de LP.

Dessa forma, ensinar a valorização e o fortalecimento das línguas indígenas na formação de professores, é contribuir de maneira significativa para as políticas voltadas para a formação docente. Como afirma dos dados a seguir na figura 22, onde 94,7% dos colaboradores acreditam que pensar na inclusão da disciplina, é contribuir para a valorização da cultura indígena e suas contribuições para a educação.

Figura 22- Pergunta do questionário

8- Diante de tantas contribuições que os povos indígenas trouxeram para a Língua Portuguesa. Pensar nessa inclusão dessa disciplina, é pensar no reconhecimento da sua cultura e contribuições para a educação?

19 respostas



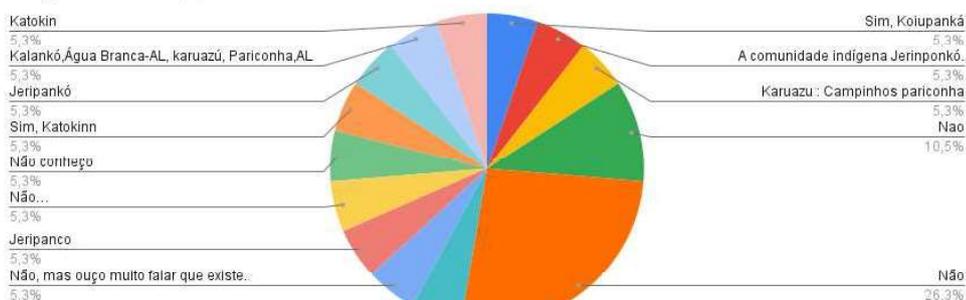
Fonte: Autora, (2023).

Uma das importâncias de se pensar na inclusão da disciplina como obrigatória, é compreender que existem diversas comunidades indígenas próximas da região da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, na cidade de Delmiro Gouveia. Entretanto, pensando na abrangência que a Universidade possui, a figura 23 retrata o conhecimento que os colaboradores possuem sobre as comunidades indígenas aos arredores da UFAL.

Mais de quarenta por cento (40%) não tem conhecimento sobre alguma comunidade próxima da Universidade, 5,3% conhecem a comunidade Karuazu localizanda em Campinhos/Pariconha, 15,9% conhecem a comunidade Jerinponkó, 5,3% conhecem a comunidade Koiupanká, 10,60% conhecem a comunidade Katokinn, 5,3% conhecem a comunidade Kalankó e Karuazú e 5,3% não conhece, mas já ouviu falar sobre.

Figura 23- Pergunta do questionário

9 - Você conhece alguma comunidade indígena que está próxima da Universidade Federal de Alagoas? Se sim, qual?



Fonte: Autora, (2023).

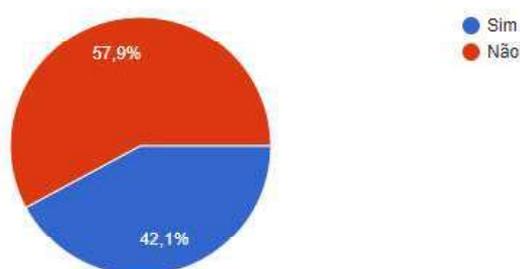
As línguas estão para além de ser apenas uma forma de nos comunicar, elas trazem consigo os saberes, as marcas de identidade e pensamentos de determinados povos. Dessa

forma, estudar as línguas e o reconhecimento de uma cultura é registrar o atual estado das línguas, tendo como base documentar momentos históricos e o percurso dos dialetos de cada uma delas.

Uma das formas de valorização das línguas indígenas é através da sala de aula, no campo da educação. Então, através disso, a pergunta número dez (10), representada na figura 24 mostra que, dos dezenove (19) colaboradores 57,9% cursou a disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*” como eletiva e 42,10% optou por não cursar. Tendo assim, uma porcentagem significativa para a participação de discente na disciplina, mesmo sendo ofertada como eletiva.

Figura 24- Pergunta do questionário

10- Das disciplinas ofertadas como eletivas no curso e Letras - Língua Portuguesa, você cursou a disciplina "Introdução às Línguas Indígenas" ?
19 respostas



Fonte: Autora, (2023).

De acordo com os dados apontados nos gráficos acima, é possível perceber que, existe uma presença significativa de estudantes que acham importante incluir a disciplina “*Introdução às Línguas Indígenas*” na grade curricular obrigatória do Curso de Letras. Essa presença significativa, com relação à inclusão da disciplina como obrigatória, acredita-se que foi destacada pelo contexto em que o Campus do Sertão está inserido, pelo fato da disciplina já existir como eletiva, por haver o grupo de estudos e por ser fazer necessária para o ensino de LP.

Dessa forma, os (as) discentes acreditam que o ensino de Línguas Indígenas está ligado ao ensino de LP e que uma disciplina obrigatória sobre esta temática durante sua formação colaboraria de maneira significativa para sua atuação docente. E apesar de ser uma disciplina optativa, sobre uma temática pouco abordada no contexto escolar, esses colaboradores da pesquisa que já cursou a disciplina, totalizando 57,9%, como retrata a figura 23, poderão tratar ou olhar com outros olhos para essa temática e suas importâncias para o ensino de LP.

5. CONCLUSÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso promove uma reflexão sobre o ensino de Línguas Indígenas a partir do PPC do Curso de Letras – Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão. Com o objetivo de problematizar a inclusão da disciplina *Introdução às Línguas Indígenas* na grade curricular obrigatória do curso. Trabalhar essa temática é de suma importância para a formação humana e universitária, pois enriquece os conhecimentos sobre a cultura indígena e o quanto se faz necessária para o curso de Letras – Língua Portuguesa.

O curso de Letras – Língua Portuguesa da UFAL/CAMPUS DO SERTÃO traz inúmeras contribuições para a formação docente, oferecendo aos futuros professores devido engajamento político e uma ideia de reflexão sobre a sala de aula e a atuação docente. Dessa forma, o TCC procurou aprofundar no contexto do Curso, em seu aparato documental e nos documentos que puderam contribuir melhor para esta discussão.

Diante disso, o trabalho apresenta críticas norteadoras para o curso, para que possa haver um novo olhar para a grade curricular deste curso, podendo oferecer aos graduandos conhecimentos que irão se fazer presentes em suas atuações docentes. Uma vez que, a temática mostrou ser significativa para a localidade da região, que possui comunidades indígenas próximas e graduandos (as) que fazem parte dessas comunidades.

Com as análises feitas no Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa, foi possível perceber que o curso não é voltado para o ensino de gramática normativa, ele faz com que o ensino da língua se torne significativo e objeto central de estudo. Dessa forma, a língua é vista como objeto de interação social, e isso favorece uma formação mais humanitária, legitimando quais valores devem ser classificados no processo de ensino-aprendizagem.

Através dos dados coletados da pesquisa realizada, mostrou que há um interesse dos discentes para que a disciplina “Introdução às Línguas Indígenas” seja incluída na grade curricular obrigatória do Curso de Letras, da Universidade Federal de Alagoas. É possível notar que através das respostas dos (as) estudantes há um elevado conhecimento sobre a disciplina em si, que maior parte dos (as) colaboradores da pesquisa já concluiu esta disciplina como eletiva e considera uma disciplina necessária para o curso de LP.

Perante as considerações desenvolvidas no corpo desse trabalho, e do que foi apresentado, espero que contribua de forma significativa com as questões indígenas no Brasil,

para que haja fortalecimento das lutas pelos direitos indígenas, o reconhecimento de suas culturas e o direito à educação, corroborando para que exista um ensino voltado para o conteúdo específico deste TCC, e que as reflexões venham a colaborar no processo de formação inicial dos (as) professores de Língua Portuguesa, do Curso de Letras, na UFAL – CAMPUS DO SERTÃO.

Por fim, compreendemos que todo processo educacional é um objeto que está em constante transformação, necessitando que haja recorrentes revisões e adaptações de acordo com as necessidades sociais de cada tempo. Mas, a política docente e o seu papel político no exercício profissional, são uma responsabilidade perdurável que deve propender às transformações sociais necessárias. À vista disso, o presente TCC buscou contribuir em decisões, nortear caminhos e prioridades que o Curso de Letras e a UFAL possam continuar trabalhando.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. **Censos demográficos e “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar.** In: RICARDO, C. A. (Org.); RICARDO, F. (Org.). Povos indígenas no Brasil, 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 79-83.

BRAND, A. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Guarani Kaiowá** : Os difíceis caminhos da palavra. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, 1997.

_____, A. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá Guarani:** os difíceis caminhos da palavra. Tese de doutorado em História da PUC/RS. Porto Alegre, 1997.

BRAND, A.J. **A Questão dos territórios:** concepções culturalmente distintas de território: transformações no território, desterritorialização e reterritorialização sob a ótica indígena. Campo Grande, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução CNE/CEB 05/2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Brasília:** Ministério da Educação – MEC, junho de 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

CUNHA, M. C. **Introdução a uma história indígena.** In: CUNHA, M. C. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

DAVIS, S. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. **A história dos povos indígenas brasileiros**. V. 1, pp. 6, 2021.

ETCHEVARNE, Carlos. **A história da Bahia antes da colonização portuguesa**. Revista Nordestina de História do Brasil, Cachoeira, v. 2, n. 4, pp. 62-83, jan./jun. 2020.

FACULDADE DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa**. Letras, 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Distribuição da População Indígena**. FUNAI, 2020 Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao> . Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. **Distribuição da População Indígena 2018**. Fundação Nacional do Índio – FUNAI, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao> . Acesso em: 08 mar. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos da pesquisa**. Rio Grande do Sul: Ufgrs, 2009. 120 p.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRUPIONI, Donisete Benzi (org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Mec/Unesco, p. 230, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 de março. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Censo Demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: 07 de março. 2023.

_____. Censo Demográfico 2020. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: 07 de março. 2023.

KENNEDY, D. P.; PERZ, S. G. **Who are Brazil's indígenas? Contributions of census data analysis to anthropological demography of indigenous populations**. *Human Organization*, n. 59, p. 311-324, 2000.

LIMA, Lucas Gama. **Território e territorialidade indígena no sertão de alagoas: breves notas acerca de um processo de resistência**. XIII ENANPEGE. São Paulo, 2019.

Disponível em: <https://docplayer.com.br/184746151-Territorio-e-territorialidade-indigena-no-sertao-de-alagoas-brevs-notas-acerca-de-um-processo-de-resistencia.html>.

LIMA, Lucas Gama; OLIVEIRA, Amanda da Silva de; MIRANDA, Anderson Ribeiro. **Indígenas, terra e território em alagoas: uma análise geográfica da atualidade da resistência.** *Revista de Geografia*. v. 36, n. 1, Recife, 2019.

NASCIMENTO, A.C. **Escola indígena: palco das diferenças.** Coleção teses e dissertações em educação. Volume 2. Campo Grande, MS: UCDB, 2004.

NOVAES, Tatiani Daiana de. **O ensino de Língua Portuguesa na Educação Profissional.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO -EDUCERE,10º., 2011, Paraná. **I Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação- SIRSSSE.** Paraná: Pucpr, 2011. p. 7631-7644.

OLIVEIRA, João Pacheco de; Freire, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco e LACED/Museu Nacional, 2006.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação, RIBEIRO, D. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1977. Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** Petrópolis: Vozes, 1977.

RICARDO, C. A. **A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil.** In: RICARDO, C. A. (Org.). Povos indígenas no Brasil, 1991/1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. i-xii.

RODRIGUES, A. D. **Línguas indígenas: para um conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

_____. As línguas indígenas no Brasil. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.) Povos indígenas no Brasil, 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 59-63

SANTANA, Pedro Abelardo de; SILVA, Marina do Nascimento. **Uma escola indígena no alto sertão de Alagoas: Reflexões sobre sua história e o ensino diferenciado (2008-2018).** ABATIRÁ - Revista De Ciências Humanas E Linguagens. Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1:: n.2 Jul : Dez : 2020. p. 1- 754.

TASSINARI, A. M. I. **Escola Indígena: Novos Horizontes Teóricos, Novas Fronteiras de Educação.** In: SILVA, A. L; LEAL. FERREIRA, M. K. (Orgs.). Antropologia, História e Educação. São Paulo: Global/Mari, 2001.

ANEXOS

ANEXO A

Quadro 07 – Disciplinas eletivas ofertadas pelo Curso de Letras – Língua Portuguesa

Código	Disciplina	Carga Horária				
		Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Total
	Tópicos especiais em Análise do Discurso	3	44	10	-	54
	Aquisição de Linguagem	3	44	10	-	54
	Discurso mediado	3	44	10	-	54
	Estudo da ficção brasileira contemporânea	3	44	10	-	54
	Gramáticas e Ensino de Língua	3	44	10	-	54
	Introdução à Descrição e Análise Linguística	3	44	10	-	54
	Introdução aos Estudos Clássicos	3	44	10	-	54
	Introdução às Línguas Estrangeiras (espanhol, francês e inglês)	3	44	10	-	54
	Introdução às Línguas Indígenas Brasileira	3	44	10	-	54
	Linguística Gerativa	3	44	10	-	54
	Linguística Textual	3	44	10	-	54
	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	3	44	10	-	54
	Literatura Brasileira e Cinema	3	44	10	-	54
	Literatura Brasileira e identidade nacional	3	44	10	-	54
	Literatura Comparada	3	44	10	-	54
	Literatura e cultura afro-brasileira	3	44	10	-	54
	Literatura e Ensino	3	44	10	-	54

Fonte: PPC – Plano Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa. 2008.

ANEXO B

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus do Sertão - Curso de Letras-Língua Portuguesa
---	--

Informações Básicas					
LESO – INTRODUÇÃO AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRA					
Período		Carga Horária			Unidade Acadêmica
Vespertino	EL	Teórica	Prática	Total	
				44	10
EMENTA					
Línguas Indígenas faladas no Brasil: critérios de classificação e sua distribuição, considerando questões socioculturais, linguísticas e demográficas. Principais características fonológicas e gramaticais de línguas selecionadas. Teoria e Métodos de trabalho de Campo para o estudo de línguas indígenas.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil: Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1988. MELATTI, Júlio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília; Editora da UnB, 1987.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ALTMAN, M. C. F. S. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988) . São Paulo: Humanitas, 1998. D'ANGELIS, W. R. Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil . Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012. D'Angelis, W. R.; VASCONCELOS, E. A. (Org.). Conflito linguísticos e direitos das minorias . Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2011. GOMES, M. P. Os índios e o Brasil: Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência . Petrópolis: Vozes, 1988. JUNQUEIRA, C.; M. LEONEL; B. MINDLIN & R. GAMBINI. Estudo de Línguas Indígenas: Perspectiva Antropológica . Boletim da ABRALIN, 6:127-130, 1984. LEITE, Y. F. O Summer Institute of Linguistics: Estratégias e Ação no Brasil . Religião e Sociedade, 7. São Paulo:Cortez: 60-64, 1981.					

Fonte: PPC – Plano Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa. 2008.

ANEXO C

Quadro 10 – Grupos de Pesquisa do Curso de Letras-Língua Portuguesa registrados no CNPq

Nome dos Grupos de Pesquisa
Grupo de Estudos em Linguística Aplicada do Sertão Alagoano (GELASAL)
Grupo de Estudos Poéticos do Sertão (GEPS)
Núcleo de Estudos em Literatura Alagoana (NELA)
Núcleo de Expressão Artística – NEART
Grupo de Estudos Diálogos Discursivos(GEDD)
A língua Usada no Sertão Alagoano – LUSA
Grupo de Estudos em Línguas Indígenas – GELIND UFAL SERTÃO
Grupo de Estudos em História da Cultura Escrita (GEHCE)

Fonte: PPC – Plano Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa. 2008.